

**SEMEANDO DIREITOS, COLHENDO AVANÇOS
A JORNADA DO CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR
DE JOINVILLE**

A Jornada do Conselho de Segurança Alimentar de Joinville" narra a trajetória do COMSEAN, um instrumento fundamental na luta pela garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável. Criado em 2003, o conselho de Joinville se tornou um espaço de diálogo entre poder público e sociedade, promovendo a segurança alimentar e nutricional no município. O livro reflete sobre as conquistas e desafios dessa caminhada, destacando a importância do controle social e da participação cidadã na construção de políticas públicas que assegurem o acesso a alimentos de qualidade, sustentáveis e culturalmente respeitosos.

ARIANE | GISELI | SAMARA FRANCIELE

**Ariane Ribas Toneti dos Santos
Giseli Tamar Voltolini Teixeira
Samara Franciele Alves de Lima Maia**

SEMEANDO DIREITOS, COLHENDO AVANÇOS

**A Jornada do Conselho de Segurança
Alimentar de Joinville**

SEMEANDO DIREITOS, COLHENDO AVANÇOS



 **GUEDES
LITERÁRIA**

 **GUEDES
LITERÁRIA**

SEMEANDO DIREITOS, COLHENDO AVANÇOS



**A JORNADA DO CONSELHO DE
SEGURANÇA ALIMENTAR DE
JOINVILLE**

ARIANE RIBAS TONETI DOS SANTOS
GISELI TAMAR VOLTOLINI TEIXEIRA
SAMARA FRANCIELE ALVES DE LIMA MAIA

SEMEANDO DIREITOS, COLHENDO AVANÇOS



**A JORNADA DO CONSELHO DE
SEGURANÇA ALIMENTAR DE
JOINVILLE**



2025



Copyright: Guedes Literária

Alameda Rolf Colin, nº 109, SALA 06 e 07, América, Joinville-SC, CEP: 89204-07

CNPJ: 51.200.522/0001-78

SAC:

contato@guedesliteraria.com.br

As opiniões, as interpretações e os conceitos emitidos nesta obra são de responsabilidade do autor e não refletem, necessariamente, o ponto de vista da Guedes Literária.

Nenhuma parte dessa publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Guedes Literária. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei 9.610/98.

Conselho Editorial

Abimael Francisco de Carvalho Silva, Carlos Renê Magalhães
Mascarenhas, David Martins Mendonça, Eliézer Guedes de
Oliveira Junior, Kaiann Barentin, Mariana Mostagi Aranda, Thais
Tayane Carvalho Guedes e Tiago Neu Jardim

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Santos, Ariane Ribas Toneti dos [et al.].

Semeando Direitos, Colhendo Avanços: A Jornada do Conselho de Segurança Alimentar de Joinville/ Ariane Ribas Toneti dos Santos, Giseli Tamar Voltolini Teixeira e Samara Franciele Alves de Lima Maia. -- 1. ed. – Joinville-SC: Guedes Literária, 2025.

Bibliografia.

ISBN 978-65-985146-1-7.

1. História. Brasil. I. Título.

CDU-900.

*À professora Ariane,
por todo o incentivo, amizade e apoio
ao longo desta caminhada.*

*Sua orientação tornou cada desafio
mais leve e cada conquista mais especial.*

*Com gratidão e carinho, deixamos
aqui nosso sincero agradecimento.*

APRESENTAÇÃO

Contar a história do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Joinville (COMSEAN) foi muito mais do que registrar atas, datas ou resoluções, foi revelar a força invisível que moveu conselheiros, gestores, agricultores, líderes comunitários e cidadãos comuns na construção de uma cidade mais justa e solidária. A cada ata ou registo encontrado nessas inúmeras páginas carregam o sopro de muitas vozes, daqueles que sonharam com o fim da fome, as que ousaram acreditar no poder da participação popular e mesmo diante das dificuldades, insistiram em transformar intenções em gestos concretos. O COMSEAN nasceu da coragem de unir governo e sociedade em torno de uma causa maior que é “o direito humano à alimentação adequada”, que com o tempo se fortaleceu na perseverança de quem não aceitou a fome como destino. Este livro não é apenas memória ou uma contação de história, foi o testemunhar de uma caminhada coletiva, feita de encontros, debates acalorados, projetos ousados e vitórias que se multiplicam no prato de cada família atendida, no agricultor valorizado, na escola abastecida com alimentos frescos, no restaurante popular que oferece dignidade. Para o nosso querido leitor, o convite é simples, mas profundo amor e carinho, que percorra estas páginas com olhos atentos e coração aberto, que esta trajetória linda aqui narrada inspire novas gerações a compreender que segurança alimentar não é apenas questão de comida, mas de cidadania, dignidade e justiça social. Que esta obra seja, muito mais que um registro histórico, que seja uma chama que segue acesa, lembrando-nos de que alimentar é, acima de tudo, um ato de amor e de compromisso com o outro.

**Ariane Ribas Toneti dos Santos
Giseli Tamar Voltolini Teixeira
Samara Franciele Alves de Lima Maia**
Autoras

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. BASES CONCEITUAIS E INSTITUCIONAIS DA SAN	15
2.1. Entre a Segurança e a Insegurança Alimentar: a história de um conceito e sua mensuração	15
2.2. O Direito Humano à Alimentação	20
3. DA MOBILIZAÇÃO À AÇÃO: A HISTÓRIA DO COMSEAN NO MUNICÍPIO	31
3.1. O PAA como ponte entre quem produz e quem precisa.....	31
3.2. Quando a Lei Ganha Voz: A Construção Viva da Segurança Alimentar e Nutricional em Joinville	33
3.3. Quando o alimento encontra o direito: a história dos Restaurantes Populares de Joinville	37
3.4. Quando o saber encontra o sabor: a trajetória da alimentação escolar em Joinville	40
3.5. Onde brota o compromisso: a trajetória das hortas comunitárias em Joinville	42
4. CONSELHOS QUE PLANTAM DIREITOS: A TRAJETÓRIA DO COMSEAN	45
2004 - Quando o amor ao próximo e a esperança virou Conselho ..	45
2005 - Encontros de esperança.....	50
2006 - Construindo mudanças	54
2007 - A união em prol dos direitos	56
2008 - Sementes de um Futuro em Segurança Alimentar	59
2009 - Entre Planejamento e Ação	61
2010 - Do Debate à Ação: O Caminho do COMSEAN em 2010 ..	64
2011 - O Ano da Afirmação Política do COMSEAN em Joinville ..	70
2012 - Do debate à lei.....	74
2013 - Um Ano de Desafios e Conquistas.....	79
2014 - Crises, Resistência e Novos Caminhos	83
2015 - Infância em foco escolas, cantinas e a luta contra a obesidade	86
2016 - Planejamento, Desafios e Mobilização Social.....	89
2017 - O Ano da Construção Coletiva	92

2018 - Da roça à mesa.....	95
2019 - Ano em que a Mesa se Fez Popular	99
2020 - Quando a Fome Bateu à Porta do Mundo	102
2021 - Entre Reuniões e Resistência	106
2022 - Renovando Esperanças e Fortalecendo Caminhos	110
2023 - Entre Pratos e Direitos, a Luta pela Dignidade Alimentar ..	114
2024 - Um Ano de Semejar Direitos	119
2025 - Construindo Políticas, Protegendo Pratos.....	123
5. ECOS DE QUEM CONSTRÓI A SEGURANÇA ALIMENTAR	129
EPÍLOGO	133
REFERÊNCIAS	134

1. INTRODUÇÃO

Falar sobre o direito humano à alimentação adequada e saudável é, antes de tudo, falar sobre dignidade. É lembrar que comer bem (com segurança, qualidade e em quantidade suficiente), é muito mais do que uma necessidade biológica: é um direito fundamental. No entanto, em um país onde mais de 8,7 milhões de pessoas ainda convivem com a fome, esse direito ainda está longe de ser plenamente garantido.

O direito à alimentação adequada é um pilar dos direitos humanos, um compromisso que depende da atuação conjunta do poder público e da sociedade civil. É nas políticas públicas, na fiscalização e na mobilização das pessoas que esse direito encontra força e ganha forma (BRASIL, 2024).

Essa história começa há muitas décadas. Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos incluiu, em seu artigo 25, a alimentação entre os direitos básicos de toda pessoa. O Brasil, por sua vez, demorou alguns anos para transformar esse ideal em realidade jurídica. Foi apenas em 2010, depois de uma longa caminhada de mobilização social, que a Emenda Constitucional nº 64 incluiu a alimentação como um direito no artigo 6º da Constituição Federal — um marco na luta por justiça e equidade (BRASIL, 2010).

Mas a ideia de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) — tal como a conhecemos hoje — tem uma trajetória ainda mais antiga e complexa. O termo “segurança alimentar” surgiu na Europa durante a Primeira Guerra Mundial (1914–1918), num momento em que os países se preocupavam em garantir sua própria produção de alimentos para não ficarem vulneráveis a embargos e boicotes. Naquele contexto, segurança alimentar significava soberania, autossuficiência e proteção nacional (BRASIL, 2013).

Depois da Segunda Guerra Mundial, o conceito ganhou novas interpretações. Passou-se a entender segurança alimentar principalmente como o problema da falta de alimentos. A resposta foi a criação de programas internacionais de assistência, que, em geral, se baseavam na doação de excedentes dos países ricos aos mais pobres (BRASIL, 2013).

No Brasil, o debate sobre SAN amadureceu ao longo das últimas décadas. As discussões se intensificaram diante dos desafios de garantir acesso regular a alimentos de qualidade, sem abrir mão da sustentabilidade e do respeito às tradições culturais. Assim, o conceito brasileiro de SAN passou a integrar não apenas a quantidade, mas também a qualidade, a adequação cultural, a saúde e o equilíbrio ambiental, um olhar mais amplo, que entende a alimentação como parte da cidadania e da vida digna.

De acordo com a definição oficial (BRASIL, 2006), a Segurança Alimentar e Nutricional consiste em assegurar o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades essenciais, e com base em práticas alimentares que respeitem a diversidade cultural e sejam sustentáveis nos aspectos ambiental, econômico e social.

Esse entendimento foi consolidado na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), sancionada em 2006, que representou um marco legal na consolidação do

Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). A LOSAN trouxe uma inovação importante: reconhecer a participação social como elemento indispensável para que esse direito se torne real (BRASIL, 2013).

A Constituição de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, já havia aberto espaço para isso. Construída com forte influência popular, ela deu origem a um novo modelo de democracia participativa, no qual a sociedade civil passou a ter voz ativa na formulação e fiscalização das políticas públicas (Cervato-Mancuso; Fiore e Redolfi, 2015). Essa participação pode ocorrer nas três esferas — federal, estadual e municipal — e é uma das principais ferramentas para combater desigualdades e promover a igualdade.

Foi com esse espírito que surgiram os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional, instrumentos de controle social previstos pela LOSAN. No âmbito nacional, temos o CONSEA, nos municípios, o COMSEAN. Esses conselhos permitem que a população acompanhe, opine e fiscalize as políticas públicas voltadas à segurança alimentar, garantindo que as ações do governo estejam alinhadas às necessidades reais das pessoas.

Em Joinville, o COMSEAN foi criado em 2003, pela Lei nº 4.839, e posteriormente atualizado pelas Leis Complementar nº 5.514/2006 e Lei nº 7.306/2012. Essas legislações estabeleceram as bases do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) no município e criaram instrumentos como as Conferências Municipais de SAN, a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e o Fundo Municipal de SAN (FUMSEAN). Também instituíram o Plano Municipal de SAN (PMSAN), principal guia de planejamento e execução das ações locais.

A trajetória do COMSEAN em Joinville é marcada por avanços e desafios. O conselho tem se mostrado um espaço de diálogo e construção coletiva, onde o poder público e a sociedade se encontram para pensar soluções que garantam o direito à alimentação para todos. Seu papel vai além da fiscalização, é também o de promover uma consciência cidadã sobre a importância da comida como bem comum.

É nesse cenário que este livro se insere. Ele busca compreender como a atuação do COMSEAN de Joinville tem contribuído para o fortalecimento das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional, destacando suas conquistas e os obstáculos que ainda persistem. Mais do que um registro histórico, é um convite à reflexão sobre a força do controle social e sobre o papel de cada cidadão na construção de um sistema alimentar justo, sustentável e verdadeiramente humano.

2. BASES CONCEITUAIS E INSTITUCIONAIS DA SAN

2.1. Entre a Segurança e a Insegurança Alimentar: a história de um conceito e sua mensuração

O caminho para compreender a SAN no Brasil é, também, o caminho para entender o significado profundo de garantir o direito de todos à alimentação. Esse conceito foi legitimado com a aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), em 2006, que o definiu como o direito de todas as pessoas ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, de forma saudável e respeitando a diversidade cultural — sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, e assegurando que tudo isso ocorra de maneira social, econômica e ambientalmente sustentável (BRASIL, 2006).

Mas, se a SAN representa o ideal de uma sociedade justa e bem alimentada, o seu oposto, a Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN), mostra a face mais dura da realidade. A IAN expressa a falta de acesso a uma alimentação adequada, situação frequentemente associada às desigualdades sociais e econômicas, sobretudo à renda (Nascimento; Andrade, 2010).

Para identificar onde e com quem essa realidade se manifesta, foi preciso desenvolver instrumentos que pudessem medir o grau de insegurança alimentar vivido pelas famílias. Essa busca começou nos Estados Unidos, ainda na década de 1980, quando pesquisadores criaram um primeiro questionário qualitativo com dez perguntas voltadas a entender as experiências de falta de alimentos nos domicílios.

Anos depois, em 1995, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) reuniu especialistas para aprimorar o

método e elaborar uma nova escala de 15 itens e 3 subitens, validada para aplicação em todo o território norte-americano. Essa escala tornou-se uma importante ferramenta para quantificar algo até então visto apenas de forma subjetiva: a experiência de não ter o que comer.

Inspirados por esse modelo, entre 2003 e 2004, pesquisadores brasileiros desenvolveram uma metodologia própria, adaptada à realidade nacional. Assim nasceu a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), validada após ampla aplicação em cinco regiões do país. Pouco tempo depois, ela foi incorporada à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004, conduzida pelo IBGE (IBGE, 2006).

A EBIA é composta por 15 perguntas: nove delas direcionadas aos adultos e seis às crianças do domicílio. Cada questão aborda o período dos noventa dias anteriores à entrevista, buscando compreender experiências recentes relacionadas à alimentação. As respostas são simples: “Sim” ou “Não”, mas, quando afirmativas, pedem um detalhamento sobre a frequência do acontecimento: se ocorreu “em quase todos os dias”, “em alguns dias” ou “em apenas um ou dois dias”.

Os resultados obtidos permitem classificar os domicílios em quatro categorias:

- Segurança Alimentar
- Insegurança Alimentar leve
- Insegurança Alimentar moderada
- Insegurança Alimentar grave

Na Segurança Alimentar, todas as pessoas da casa têm acesso garantido a alimentos em quantidade e qualidade adequadas, sem preocupação imediata com o futuro. Já na Insegurança Alimentar leve, começa a surgir o receio de faltar comida e as famílias passam a adotar estratégias para garantir o mínimo necessário, como comprar alimentos mais baratos ou

reduzir a variedade. Quando a situação se agrava e os adultos já precisam reduzir a quantidade de comida para que todos possam se alimentar, o domicílio é classificado como em insegurança alimentar moderada. Por fim, a insegurança alimentar grave revela o cenário mais preocupante: há restrição de alimentos para todos os moradores, inclusive as crianças, e pode haver dias inteiros em que alguém simplesmente não tem o que comer — o retrato mais nítido da fome (IBGE, 2020).

Assim, a EBIA não é apenas um instrumento técnico. É, na verdade, uma lente que revela as desigualdades e vulnerabilidades escondidas nas estatísticas. Por meio dela, o Brasil aprendeu a enxergar a fome não apenas como ausência de comida, mas como uma violação de direitos humanos, que precisa ser enfrentada com políticas públicas, solidariedade e compromisso social.

Figura 1. Perguntas da escala EBIA

PERGUNTAS
Moradores tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida
Alimentos acabaram antes que os moradores tivessem dinheiro para comprar mais comida
Moradores ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada
Moradores comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou
Algum morador de 18 anos ou mais de idade diminuiu alguma vez a quantidade de alimentos nas refeições ou deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida
Algum morador de 18 anos ou mais de idade alguma vez comeu menos porque não havia dinheiro para comprar comida
Algum morador de 18 anos ou mais de idade alguma vez sentiu fome mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida
Algum morador de 18 anos ou mais de idade perdeu peso porque não comeu quantidade suficiente de comida devido à falta de dinheiro para comprar comida
Algum morador de 18 anos ou mais de idade alguma vez fez apenas uma refeição ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida
Algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida
Algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida
Algum morador com menos de 18 anos de idade diminuiu a quantidade de alimentos nas refeições porque não havia dinheiro para comprar comida
Algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida
Algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez sentiu fome mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida
Algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida

Fonte: IBGE, 2006.

As entrevistas utilizando a escala EBIA acontecem no Brasil desde 2004, sendo as edições realizadas na extinta Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (2004, 2009 e 2013) e na Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF (2017-2018).

De acordo com os resultados da escala, entre 2017 e 2018 do total de 68,9 milhões de domicílios no Brasil, cerca de 36,7% apresentaram algum grau de insegurança alimentar, atingindo 84,9 milhões de pessoas, nesse mesmo período a prevalência de segurança alimentar atingiu seu patamar mais baixo, com apenas 63,3% dos domicílios nessa estimativa (IBGE, 2020). Com uma melhora significativa dados do Mapa da Fome da ONU de 2023 mostra que a insegurança alimentar severa cai 85%, com 14,7

milhões de pessoas deixando de passar fome no país no ano passado, entretanto cabe salientar que 2,5 milhões de pessoas ainda se encontram em insegurança alimentar severa (Secretaria de Comunicação Social, 2024).

Em suma, compreender o número de pessoas em Insegurança Alimentar é mais do que levantar estatísticas, é lançar luz sobre realidades que pedem ação. Esses dados orientam políticas e estratégias de saúde pública, ajudam a direcionar recursos e inspiram programas que buscam reduzir o número de brasileiros que ainda lutam para garantir o básico: o alimento de cada dia. Parte dessas ações se materializa em marcos fundamentais, como a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA e COMSEAN) — pilares de uma estrutura que busca transformar o direito à alimentação em realidade.

Compreender a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é entender que o alimento vai muito além do ato de comer. É reconhecer nele um direito, um cuidado e um símbolo de sustento. Quando o acesso à comida é negado, não é apenas o corpo que sofre, é também a dignidade que se fere, é o cotidiano que se rompe.

Medir essa realidade, por meio de instrumentos como a EBIA, é uma forma de dar voz às histórias que os números escondem. Cada categoria da escala (leve, moderada ou grave) traduz experiências de vida, estratégias de resistência e formas de esperança. Os dados, quando lidos com sensibilidade, revelam histórias de luta por uma mesa farta, silêncios que denunciam e gestos de solidariedade que persistem, mesmo diante da escassez.

“Mais do que um conceito técnico ou uma escala estatística, a Segurança Alimentar e Nutricional é uma promessa coletiva: a de que cada lar possa experimentar a tranquilidade de uma mesa completa.”

A Insegurança Alimentar, por sua vez, nos recorda das lacunas que ainda persistem, das histórias interrompidas pela fome e das resistências silenciosas de quem ainda espera por justiça.

Medir, compreender e agir: eis os três passos que transformam o diagnóstico em mudança. Quando o alimento chega a todos com dignidade, respeito e cuidado, ele deixa de ser apenas sustento, torna-se expressão da humanidade e da justiça social que queremos ver florescer. Porque alimentar é, antes de tudo, um ato de amor e de equidade.

2.2. O Direito Humano à Alimentação

O reconhecimento da alimentação como um direito humano não surgiu de forma espontânea, é fruto de uma longa e persistente luta pela vida digna. Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos marcou um divisor de águas ao reconhecer, entre outros, o direito à alimentação como parte essencial da dignidade humana (Fontolan, Lima e Capellari, 2021).

O documento nasceu em um contexto de reconstrução mundial, logo após a Segunda Guerra, quando foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU). Mais do que um texto político, a Declaração representava uma promessa de solidariedade entre as nações e o compromisso dos Estados com a proteção e promoção dos direitos humanos (Burity et al., 2010). A partir dela, inúmeros pactos e tratados internacionais passaram a consolidar a ideia de que a alimentação não é apenas uma necessidade biológica, mas um direito fundamental (Siqueira, 2015).

Ainda assim, mesmo com tantos avanços, a universalização dos direitos humanos permanece um desafio. O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), em especial, segue distante da realidade de milhões de pessoas, sobretudo nos países periféricos, onde desigualdades históricas dificultam a efetivação de políticas e leis já conquistadas (Aguiar e Padrão, 2022).

No Brasil, o DHAA foi incorporado como uma das garantias fundamentais do cidadão pela Constituição Federal, que atribuiu ao Estado a responsabilidade de promover a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) por meio de políticas públicas voltadas à realização desse direito. Reconhecer a alimentação entre os direitos humanos e inseri-la como objeto da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) é um passo importante, pois traz ao debate a perspectiva da equidade, valorizando as singularidades de cada sujeito (Oliveira, 2020).

O marco institucional da SAN ganhou força com a aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), em 2006. A lei consolidou a alimentação como um direito humano inalienável e criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), um conjunto articulado de ações e instituições baseadas nos princípios de universalidade, equidade e participação social. A LOSAN também garantiu transparência na execução das políticas e no uso de recursos públicos e privados, reforçando o papel da sociedade civil na fiscalização e controle social (Brand e Wissen, 2021).

Quatro anos depois, em 2010, foi instituída a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), acompanhada do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN). Construído de forma participativa, o PLANSAN reúne diferentes setores e políticas públicas,

funcionando como instrumento de planejamento, gestão e execução da PNSAN. Juntas, LOSAN, PNSAN e PLANSAN formam a tríade jurídico-institucional da SAN no Brasil, cujo grande desafio está em articular ações intersetoriais entre as esferas federal, estadual e municipal, sempre com a presença ativa da sociedade civil.

O espaço que acolheu e legitimou as reflexões e debates estratégicos sobre SAN foi o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), com suas comissões e grupos de trabalho (Oliveira, 2020). Esses fóruns consolidaram o controle social como um pilar essencial na formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas de alimentação e nutrição.

No campo das políticas públicas, o conceito de Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAA) foi incorporado também por documentos e materiais orientadores importantes. Entre eles, destacam-se os Guias Alimentares para a População Brasileira (2006 e 2014), que trouxeram uma visão mais ampla e culturalmente sensível sobre o comer, e o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional, do Ministério do Desenvolvimento Social, que estabeleceu diretrizes para práticas educativas que promovem a autonomia e o pensamento crítico sobre alimentação (Oliveira, 2020).

A concepção brasileira de alimentação, na perspectiva da SAN, entende que comer bem é muito mais do que suprir necessidades fisiológicas: é realizar um direito humano básico, com acesso regular, permanente e socialmente justo. A alimentação adequada deve atender aos princípios da variedade, qualidade, equilíbrio, moderação e prazer, respeitando as dimensões de gênero, raça, etnia e os modos de produção ambientalmente sustentáveis (CONSEA, 2007).

Essa visão foi fortalecida pela noção de “comida de verdade”, expressão que ganhou força nos espaços de luta

política e nos movimentos sociais. Falar em comida de verdade é reivindicar sistemas alimentares locais, sustentáveis e soberanos, que unam o urbano e o rural e valorizem o trabalho de quem produz o alimento (Ferraz, 2017; CONSEA, 2015).

Nesse cenário, a presença do nutricionista nas políticas e programas públicos de alimentação e nutrição é indispensável. Esse profissional atua não apenas na promoção e prevenção em saúde, mas também na gestão e execução de programas sociais, realizando diagnósticos socioculturais, fisiológicos e alimentares que orientam intervenções adequadas para cada grupo populacional (CFN, 2013).

Entre os programas que contam com a participação direta do nutricionista, destacam-se:

- Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN)
- Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN)
- Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional,
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
- Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN)
- Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)
- Programa de Abastecimento de Alimentos Básicos (PROAB).

Em todos esses espaços, o nutricionista pode atuar como Responsável Técnico (RT), papel concedido pelo Conselho Regional de Nutricionistas (CRN) a profissionais habilitados e comprometidos com os princípios éticos da profissão (Petry, 1993; Brasil, 2005).

Mais do que uma exigência técnica, a atuação do nutricionista representa a materialização do DHAA na prática cotidiana, é ele quem transforma as diretrizes em ações concretas, ajudando a promover a saúde e prevenir doenças. Diante do atual cenário marcado pelo aumento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), seu papel torna-se ainda mais estratégico (Geus et al., 2011).

Assim, o Direito Humano à Alimentação não é apenas uma conquista legal, mas um compromisso ético e social. Ele depende de políticas bem estruturadas, da participação ativa da sociedade e do trabalho comprometido de profissionais que, como o nutricionista, fazem da alimentação um instrumento de dignidade, saúde e justiça social.

O reconhecimento da alimentação como direito humano nos lembra que comer é muito mais do que nutrir o corpo: é afirmar dignidade, cidadania e cuidado com a vida. As políticas públicas, os programas de SAN e a atuação do nutricionista conectam leis e princípios à prática cotidiana, transformando normas em gestos concretos de cuidado. Garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada é, assim, semear equidade, cultivar justiça social e criar pontes entre quem produz e quem consome. No Brasil, essa caminhada é marcada por avanços, desafios e conquistas, mas acima de tudo, revela que a alimentação digna é um fio que entrelaça saúde, cultura e direitos, lembrando-nos que cada refeição é também um ato de humanidade.

“Alimentar-se é mais que matar a fome: é exercer dignidade, cultivar direitos e transformar cada refeição em um ato de cuidado e humanidade”.

Seção 3. Qual o papel do COMSEAN?

A história da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil é também uma história de mobilização popular e de construção democrática. Desde a década de 1980, quando o país ainda buscava consolidar sua redemocratização, diversos

movimentos sociais passaram a erguer suas vozes contra a fome e a desigualdade. A luta não era apenas por comida na mesa, mas pelo direito de participar das decisões sobre como garantir esse alimento. Foi desse movimento que nasceu a ideia de criar um espaço de diálogo permanente entre governo e sociedade civil: o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

O CONSEA foi instituído em 1993, em meio a um contexto de esperança e reconstrução, mas logo depois, em 1995, foi desativado (um reflexo dos altos e baixos políticos que sempre marcaram a trajetória das políticas sociais brasileiras) (Rocha et al., 2012).

“Ainda assim, o ideal permaneceu vivo.”

Durante quase uma década, redes, organizações e militantes mantiveram o debate aceso, até que, em 2003, o CONSEA foi recriado. A partir daí, o país assistiu a uma nova fase de diálogo social que contribuiu para conquistas importantes na consolidação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (Brasil, 2012).

Com o CONSEA reativado, fortaleceu-se o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), uma grande rede de articulação entre o poder público e a sociedade civil, criada para planejar, executar e acompanhar políticas voltadas à garantia da alimentação como direito. O SISAN tem entre seus pilares o princípio da participação social, e é justamente esse princípio que dá sentido à existência dos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional em todas as esferas de governo.

Esses conselhos: nacional, estaduais e municipais, formam uma teia de diálogo que atravessa o país. O CONSEA Nacional, por exemplo, atua junto à Presidência da República, assessorando na formulação de políticas públicas e definindo

diretrizes para assegurar o acesso universal à alimentação. Seu papel é profundamente intersetorial, pois reúne representantes de diversos setores governamentais e da sociedade civil, reconhecendo que o combate à fome não é responsabilidade de um único campo, mas um esforço coletivo e contínuo (Lavalle, Voigt e Serafim, 2016; Lüchmann e Borba, 2007; Sattamini, 2013).

Essa característica consultiva e plural, faz do CONSEA um espaço vivo de construção democrática. Nele, diferentes vozes se encontram para discutir desde a produção de alimentos até o direito à terra, passando pela educação alimentar e pelas políticas de abastecimento. É dessa confluência de ideias que nascem proposições capazes de chegar à Presidência da República e influenciar ações de diferentes ministérios e órgãos públicos (Lavalle, Voigt e Serafim, 2016; Lüchmann e Borba, 2007; Sattamini, 2013).

Nos estados, o diálogo se desdobra. Em Santa Catarina, por exemplo, o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA/SC) foi instituído pela Lei nº 12.911, de 22 de janeiro de 2004, como um órgão colegiado, consultivo e permanente, vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social. Sua missão é propor, monitorar e avaliar políticas de combate à fome e de promoção da SAN com base no desenvolvimento sustentável e na agroecologia, garantindo que os alimentos cheguem a todos de forma justa, saudável e sustentável (CONSEA, 2016).

E é nesse espírito de construção coletiva que surgem os conselhos municipais, responsáveis por traduzir, no território local, os princípios e diretrizes nacionais. Em Joinville, essa missão é exercida pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEAN), instituído pela Lei nº 7.306, de 24 de outubro de 2012.

O COMSEAN é o elo mais próximo da população dentro do SISAN — o espaço onde as políticas ganham rosto, sotaque e

realidade. É nele que o diálogo entre a sociedade civil e o poder público se transforma em ação concreta, orientando e acompanhando as políticas de SAN no município, e garantindo que o direito humano à alimentação seja efetivado de forma participativa e democrática.

- I - convocar a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, com periodicidade não superior a dois anos;
- II - definir os parâmetros de composição, organização e funcionamento da Conferência;
- III - propor à CAISAN, a partir das deliberações da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, as diretrizes e prioridades da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo-se os requisitos orçamentários para sua consecução;
- IV - apreciar e acompanhar a elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e manifestar sobre o seu conteúdo final, bem como propor alterações visando ao seu aprimoramento;
- V - articular, acompanhar e monitorar, em regime de colaboração com os demais integrantes do SISAN no município, a implementação e a convergência das ações inerentes à Política e ao Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
- VI - instituir mecanismos permanentes de articulação com órgãos e entidades congêneres de segurança alimentar e nutricional no âmbito nacional e estadual, com a finalidade de promover o diálogo e a convergência das ações que integram o SISAN no âmbito municipal;
- VII - mobilizar e apoiar as entidades não governamentais na discussão e na implementação da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
- VIII - estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social nas ações

integrantes da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

IX - zelar pela realização do direito humano à alimentação adequada e saudável, contribuindo para a proposição e disponibilização de mecanismos e instrumentos para essa finalidade e monitorar a sua aplicação e efetividade;

X - manter articulação permanente com outros conselhos municipais relativos às ações associadas à Política e ao Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

XI - acompanhar e avaliar a gestão dos recursos destinados ao Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - FUMSEAN, na forma do art. 41; e

XII - elaborar e aprovar o seu regimento interno. (Art. 12.).

Além das competências já mencionadas, o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Joinville (COMSEAN) possui outras atribuições que reforçam seu papel estratégico dentro do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Cabe ao conselho, por exemplo, cadastrar órgãos públicos e privados que desenvolvem ações ou manifestam interesse na temática, ampliando as conexões entre os diferentes atores que compõem a rede de SAN no município.

Em parceria com a Secretaria de Assistência Social, o COMSEAN é responsável pela articulação e manutenção da Rede Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, garantindo que ela funcione de forma permanente, integrada e orientada por princípios de participação e transparência. Além disso, o conselho mantém diálogo constante com a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), colaborando na definição das diretrizes e prioridades da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, inclusive na discussão sobre requisitos orçamentários para viabilizar sua execução (Joinville, 2012).

Cada conselheiro, indicado por sua respectiva entidade, tem um papel essencial nesse processo. O Regimento Interno do COMSEAN estabelece que suas atividades não são remuneradas, reforçando o caráter de compromisso público e voluntário que marca a atuação no conselho. Mais do que uma função representativa, ser conselheiro é assumir um compromisso ético com a cidade — uma responsabilidade que deve ser exercida com independência, transparência e isenção política, sem qualquer uso da função para fins pessoais ou partidários (COMSEAN, 2012).

A trajetória dos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional, desde o CONSEA nacional até o COMSEAN municipal, revela que garantir o direito à alimentação é um esforço coletivo que atravessa instâncias, governos e gerações. Cada conselho, cada reunião, cada decisão representa a força da sociedade organizada, transformando políticas e leis em gestos concretos de cuidado, justiça e solidariedade.

“Em Joinville, o COMSEAN se consolida como muito mais do que um órgão administrativo, é um espaço de encontro, diálogo e construção cidadã.”

É ali que governo, instituições e comunidade se unem para pensar e agir em favor de um direito que é de todos: o de se alimentar com qualidade, dignidade e respeito. Assim, a Segurança Alimentar e Nutricional deixa de ser apenas um conceito técnico ou legal e passa a ser um compromisso vivo, tecido no cotidiano de quem acredita que a mesa é o primeiro território da humanidade compartilhada.

3. DA MOBILIZAÇÃO À AÇÃO: A HISTÓRIA DO COMSEAN NO MUNICÍPIO

O COMSEAN municipal tem sido um elo essencial na construção de um futuro com mais dignidade à mesa. Sua trajetória reflete o esforço coletivo de quem acredita que alimentar é um ato de cuidado, de justiça e de cidadania. Por meio de suas ações, o conselho transformou ideias em colheitas e políticas em partilhas, fazendo da segurança alimentar um compromisso vivo com a comunidade.

Entre suas principais iniciativas, destacam-se o Programa de Aquisição de Alimentos, o fortalecimento dos equipamentos públicos de segurança alimentar, as hortas comunitárias e o acompanhamento da alimentação escolar. Cada uma dessas frentes representa mais do que um projeto: são sementes lançadas para garantir que o alimento chegue a todos com qualidade, respeito e afeto.

O COMSEAN se afirma como um espaço de diálogo e esperança, onde o direito de se alimentar bem deixa de ser apenas uma promessa e se torna realidade cotidiana. Sua atuação inspira o reconhecimento de que a segurança alimentar é mais que uma política pública, é um gesto de amor coletivo que sustenta vidas e alimenta futuros.

3.1. O PAA como ponte entre quem produz e quem precisa

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído pela Lei nº 10.696/2003 e atualmente regulamentado pela Lei nº 14.628/2023, representa uma das mais belas pontes entre quem produz e quem precisa se alimentar.

Por meio da compra direta de alimentos de agricultores familiares, sem necessidade de licitação, o programa garante que os frutos do trabalho no campo cheguem às mesas de pessoas

em situação de insegurança alimentar e nutricional, além de abastecer a rede socioassistencial, os equipamentos públicos de segurança alimentar e a rede de ensino público e filantrópico. Seu propósito é duplo e nobre: fortalecer a agricultura familiar e assegurar o acesso digno ao alimento, movimentando a economia local e promovendo inclusão e dignidade.

Em Joinville, o primeiro PAA foi realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), com projetos apresentados e aprovados pelo COMSEAN em 2006, beneficiando 81 produtores locais. Desde então, o programa cresceu em alcance e significado. Em 2007, o Conselho promoveu visitas técnicas às entidades beneficiadas, reforçando seu compromisso com o acompanhamento das ações. No ano seguinte, uma parceria com o SESC Mesa Brasil ampliou o impacto das doações, fazendo com que o alimento chegasse mais longe e com mais propósito. Em 2009, a cooperativa Cooperdotcht passou a atuar como proponente de uma nova modalidade do PAA, fortalecendo o vínculo entre produtores e o conselho.

A partir de 2012, novas ações se somaram ao esforço coletivo: visitas para identificar entidades não respondentes, averiguações diante de denúncias e o acompanhamento atento da execução do programa. Em 2013, o PAA adotou diretrizes que reforçaram a inclusão e a diversidade, garantindo a participação de 40% de mulheres agricultoras e 5% de produtores orgânicos ou agroecológicos, atendendo 44 entidades do município. O controle social, conduzido pelo COMSEAN, consolidou-se como peça essencial, garantindo transparência e equidade.

Mesmo diante de desafios, como a interrupção temporária em 2014, a devolução de recursos e a necessidade de estrutura logística, o conselho manteve sua voz ativa, cobrando soluções e propondo caminhos. A partir de 2015, novas modalidades tornaram o processo mais ágil e transparente, com pagamentos

realizados diretamente aos agricultores via sistema. Em 2016, o COMSEAN sugeriu a inclusão das hortas comunitárias como beneficiárias e fornecedoras, reforçando o ciclo local do alimento. Durante a pandemia, o programa mostrou sua força e sensibilidade ao priorizar o fornecimento de cestas básicas, atendendo 42 instituições e garantindo segurança alimentar em um dos momentos mais críticos da história recente.

“Em Joinville, o PAA é mais do que um programa: é um compromisso com a segurança alimentar e nutricional.”

Nos anos seguintes, o Conselho continuou atento às dificuldades dos agricultores, como as exigências da Nota Fiscal Eletrônica e os limites da DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), buscando soluções conjuntas. O esforço contínuo culminou em 2024, quando Joinville recebeu o expressivo valor de R\$ 705.197,95, demonstrando a consolidação e a confiança no programa. Em 2025, o município celebra mais um marco com o PAA Estadual Indígena, voltado à compra e distribuição de alimentos produzidos por indígenas e destinados às comunidades indígenas locais.

O PAA é mais que uma política pública, é um ato de solidariedade que germina da terra e floresce em forma de partilha. Em Joinville, ele simboliza a união entre gestão e controle social, entre campo e cidade, entre produção e dignidade.

“O PAA é o alimento que une, sustenta e transforma.”

3.2. Quando a Lei Ganha Voz: A Construção Viva da Segurança Alimentar e Nutricional em Joinville

Para que a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) se concretize, não bastam ações isoladas, é preciso que existam Políticas Públicas sólidas, capazes de sustentar práticas e princípios que assegurem o direito humano à alimentação

adequada. A trajetória do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Joinville (COMSEAN) mostra que seus conselheiros compreenderam desde cedo essa importância e trabalharam com empenho para que o marco legal acompanhasse e legitimasse suas ações.

Logo no início de sua história, em 2006, o COMSEAN já demonstrava atenção ao cenário nacional ao acompanhar o processo de aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Essa postura vigilante se repetiu em 2008, com as discussões sobre a revisão da Lei do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), especialmente no que dizia respeito às atribuições do nutricionista, figura central na gestão e coordenação do Programa.

O ano de 2010 marcou um avanço expressivo com a realização do Fórum de Discussão da LOSAN, sediado na Câmara de Vereadores. O evento resultou, em 2011, na elaboração de um projeto de lei municipal que incorporava, entre outros temas, a agricultura urbana. Nesse mesmo período, representantes do COMSEAN passaram a integrar a comissão responsável pela Lei dos Fitoterápicos e Plantas Medicinais, demonstrando a amplitude com que o Conselho comprehende o conceito de alimentação e saúde.

Mas foi em 2012 que um marco definitivo consolidou essa caminhada: a promulgação da Lei nº 7306, de 24 de outubro de 2012, que “Dispõe sobre a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) no âmbito municipal e cria seus componentes locais”. Essa legislação representou um divisor de águas, pois oficializou a criação da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e do SISAN municipal, estruturando de forma integrada o sistema de governança da SAN em Joinville.

Embora criada em 2012, a CAISAN foi instituída oficialmente apenas em 2015, por meio da Portaria nº 10/2015/SAS, assinada em reunião do COMSEAN. O mesmo ano foi marcado por debates sobre a Lei Estadual nº 12.061/2001, que estabelece critérios para a concessão de serviços de alimentação em unidades educacionais. As discussões, que contaram com a presença de representantes do CECANE/SC, do CEAЕ e do CMAE, deram origem a um conjunto de ações práticas, como visitas a escolas e envio de ofícios a órgãos gestores e fiscalizadores — uma expressão concreta do compromisso do Conselho com a saúde alimentar no ambiente escolar.

O ano de 2017 foi celebrado como um momento histórico: o lançamento do 1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN). Após estudos e debates conduzidos por grupos de trabalho formados pelos conselheiros, o Plano foi aprovado e apresentado em evento solene no dia 16 de outubro — data simbólica por coincidir com o Dia Mundial da Alimentação. A criação do Comitê de Monitoramento do PLAMSAN reforçou o compromisso com a execução e o acompanhamento das metas e diretrizes definidas.

Já 2019 ficou marcado por resistência e mobilização. Diante da Medida Provisória nº 870, que extinguiu o CONSEA Nacional e o SISAN federal, o COMSEAN se posicionou publicamente em defesa da democracia participativa e do direito à alimentação. Criou uma comissão especial para definir estratégias e participou ativamente do “Banquetaço”, manifestação realizada em Florianópolis em defesa da manutenção das políticas de SAN. Nesse mesmo ano, o Conselho elaborou pareceres técnicos sobre projetos de lei locais relacionados à doação de alimentos prontos e à comercialização de produtos alimentícios em escolas, além de promover a 1ª

Conferência de Joinville de Combate ao Desperdício de Alimentos.

O evento resultou na “Carta de Compromisso com a Redução do Desperdício de Alimentos”, documento construído coletivamente e assinado por diversas instituições da cidade, inspirado na pesquisa *Políticas Públicas Brasileiras para o atendimento ao ODS 12.3: a experiência do município de Joinville para a redução do desperdício de alimentos*, conduzida pelo Observatório do Direito Humano à Alimentação da América Latina e Caribe (ODA-CELAC/Univille).

Em 2023, o COMSEAN voltou a se manifestar publicamente, dessa vez contra a revogação do artigo 2º da Portaria nº 2397/2022, que flexibilizava normas para a oferta de alimentos em escolas estaduais, permitindo a comercialização de frituras e refrigerantes, medida que contraria os princípios da SAN e o direito à alimentação saudável.

A trajetória mais recente traz também avanços institucionais. Em 2024, foi aprovada a Resolução nº 02/2024/COMSEAN, que regulamenta o registro de entidades não governamentais no Conselho, abrindo espaço para o cadastramento formal de instituições que atuam na área de alimentação e nutrição no município.

Essa linha do tempo evidencia que o arcabouço legal sempre foi uma prioridade para o COMSEAN. Mais do que um instrumento burocrático, a legislação é vista como base de legitimidade, proteção e continuidade das políticas públicas de SAN. Como capítulo mais recente dessa história, encontra-se em tramitação a revisão da Lei nº 7306/2012, aprovada pelo Conselho e aguardando publicação oficial: uma nova etapa de um processo que não cessa de se aperfeiçoar.

Assim, a história legislativa da Segurança Alimentar e Nutricional em Joinville se revela como um exercício contínuo de cidadania e vigilância, onde cada norma é fruto de diálogo,

resistência e esperança. É a prova de que, quando a lei ganha voz, ela se torna mais do que um texto jurídico: torna-se expressão viva de um direito que alimenta corpos e fortalece comunidades.

“Assim como o alimento nasce da terra, a SAN floresce das mãos que lutam por justiça — e a lei é o solo fértil onde esse direito ganha forma e permanência.”

3.3. Quando o alimento encontra o direito: a história dos Restaurantes Populares de Joinville

A história dos Restaurantes Populares de Joinville é também a história da consolidação da Segurança Alimentar e Nutricional como um direito e uma prática social no município. Desde a primeira proposta, em meados de 2005, o tema mobilizou intensamente o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEAN), que reconheceu no projeto muito mais do que um refeitório subsidiado, mas sim um espaço de cidadania e dignidade à mesa.

Na reunião de 9 de novembro de 2005, o projeto arquitetônico do Restaurante Popular foi apresentado e aprovado por unanimidade. Estavam claros, desde o início, os princípios que o guiariam: preços acessíveis, compatíveis com a realidade local, e gestão comprometida com o interesse público. Em março de 2006, foi criada uma Comissão de Acompanhamento para garantir que o sonho se tornasse concreto, e no ano seguinte, o grupo se reunia semanalmente, acompanhando cada tijolo, cada decisão, cada avanço.

Em 2007, o debate sobre o modelo de gestão ganhou força. Ficou decidido que a administração não poderia ser terceirizada com fins lucrativos. Discutiu-se então a gestão direta pela Prefeitura ou um modelo misto com instituições parceiras, como o SESC, o Consulado da Mulher e o Bom Jesus/Ielusc. O tema avançou até culminar, em fevereiro de 2008, com o reconhecimento da Associação de Segurança Alimentar e

Nutricional de Joinville (ASANJ) como entidade civil apta a gerir o Restaurante Popular, um marco importante, que firmou a parceria entre o poder público e a sociedade civil.

No ano seguinte, em 2009, o COMSEAN aprovou o projeto de modernização do Restaurante Popular e acompanhou as discussões sobre a criação de uma segunda unidade. O Restaurante Popular Herbert José de Souza consolidava-se, pouco a pouco, como referência em alimentação acessível, chegando a servir cerca de mil refeições mensais.

Em 2012, o Conselho aprovou o acompanhamento do processo de implantação do segundo Restaurante Popular, e, em dezembro do mesmo ano, Joinville inaugurava sua nova unidade no bairro Adhemar Garcia. O momento representava a ampliação concreta do direito à alimentação adequada, descentralizando o acesso e aproximando o serviço das comunidades mais vulneráveis.

Os anos seguintes foram marcados por aprimoramentos na gestão e pela busca constante de equilíbrio entre sustentabilidade financeira e justiça social. Em 2013, foi apresentado o primeiro estudo sociodemográfico dos usuários, revelando que a maioria não se encontrava em situação de vulnerabilidade extrema. A partir dessa constatação, foi criado um modelo de escalonamento de preços, garantindo que quem mais precisa pagasse menos, ou fosse isento. Assim, o valor da refeição passou a variar conforme a renda e a condição social, tornando o sistema mais justo e sensível às realidades locais.

Ainda em 2013, deliberou-se sobre a modernização do Restaurante Popular I e o início das operações do Restaurante Popular II, que passaria a funcionar enquanto o primeiro estivesse em reforma. No mesmo período, discutiu-se também a transferência da gestão do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional para a Fundação 25 de Julho, com o

objetivo de fortalecer as ações intersetoriais e a produção local de alimentos.

Entre 2014 e 2017, a história dos Restaurantes Populares foi de continuidade e de resistência. Mesmo diante das dificuldades financeiras e dos ajustes necessários, o serviço manteve seu propósito: servir refeições de qualidade, a preços simbólicos, com base em princípios de equidade e dignidade. Em 2017, o COMSEAN aprovou a ampliação do serviço para incluir o café da manhã, reconhecendo a importância de garantir a alimentação desde as primeiras horas do dia.

Com o tempo, as deliberações do Conselho tornaram-se cada vez mais detalhadas e técnicas, refletindo o amadurecimento da política pública. As resoluções de 2019 e 2022 consolidaram um modelo de escalonamento de preços mais amplo, definindo critérios baseados na renda per capita e ampliando as isenções para crianças, idosos, pessoas com deficiência e famílias em situação de vulnerabilidade. O sistema passou a prever também a oferta de marmitas, o fornecimento de refeições noturnas e o acompanhamento constante da gestão por comissões fiscalizadoras.

Esses avanços revelam um movimento contínuo de aperfeiçoamento, um aprendizado coletivo sobre o que significa, de fato, oferecer comida boa, justa e acessível. O Restaurante Popular se tornou mais do que uma política de assistência: virou símbolo de solidariedade e de justiça social, um espaço onde o alimento é direito, e não favor.

“Entre deliberações, comissões e refeições servidas, o Restaurante Popular de Joinville reafirma um princípio essencial: ninguém deve ficar à margem da mesa onde se partilha o pão e a dignidade.”

3.4. Quando o saber encontra o sabor: a trajetória da alimentação escolar em Joinville

Falar sobre alimentação escolar é falar de futuro. É falar de crianças, de educação, de saúde e de dignidade, de uma política pública que começa no prato, mas que se estende à formação de cidadãos conscientes. Em Joinville, essa pauta sempre encontrou espaço no COMSEAN, que, ao longo dos anos, acompanhou de perto os rumos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e das ações voltadas à segurança alimentar nas escolas.

O diálogo começou em 2013, quando o Conselho propôs uma reunião com a Regional de Educação do Estado para conhecer melhor o funcionamento da alimentação escolar na rede estadual. Pouco depois, representantes do COMSEAN participaram de um encontro na 23^a GERED, onde foi relatada a melhora nos serviços terceirizados e a ausência de reclamações. A partir dessa aproximação, surgiram novas ideias: criar um checklist de visitas, integrar o Conselho Estadual e intensificar o acompanhamento das escolas.

Em 2014, o foco foi a visibilidade e a integração. O COMSEAN buscou estreitar laços com instituições públicas e privadas, entre elas a Vigilância Sanitária, o Conselho de Alimentação Escolar e a Associação Empresarial de Joinville (ACIJ). Naquele ano, a Semana da Qualidade de Vida levantou um tema essencial: as cantinas escolares, espaço sensível de convivência e escolhas alimentares.

O ano de 2015 trouxe discussões intensas sobre a merenda escolar. O Conselho deliberou por aprofundar o debate em reunião específica, com atenção à legislação e à fiscalização. Nesse mesmo período, foi debatida a Lei Estadual nº 12.061/2001, que dispõe sobre a oferta de lanches e bebidas nas unidades educacionais de Santa Catarina. O encontro contou com representantes do CECANE/SC, do Conselho Estadual de Alimentação Escolar (CEAE) e do Conselho Municipal de

Alimentação Escolar (CMAE). As falas trouxeram à tona preocupações com a qualidade dos alimentos e com a necessidade de padronizar as fiscalizações.

Na sequência, o COMSEAN recebeu um ofício da Vigilância Sanitária em resposta a solicitações de vistorias nas cantinas, o que impulsionou visitas presenciais e uma nova articulação intersetorial. O diálogo com o CAE continuou em 2016, com ofícios que cobravam informações sobre o número de nutricionistas no PNAE, a lentidão nas chamadas públicas e o cumprimento da lei das cantinas.

Os anos seguintes mantiveram viva a pauta. Em 2021, em meio à pandemia, o Conselho manifestou preocupação com a falta de variedade na alimentação escolar, solicitando esclarecimentos à Secretaria de Educação. Diante do fechamento das escolas, registrou-se a entrega de kits de alimentos aos alunos, uma medida emergencial que buscou assegurar o direito à alimentação mesmo à distância.

Em 2023, a discussão se voltou para a terceirização da merenda escolar, tema delicado que exigiu atenção especial quanto à qualidade, à transparência e à manutenção do caráter público do PNAE. Já em 2024, o COMSEAN acompanhou a apresentação do contrato de gestão do Programa, quando Márcia e Gabriel explanaram sobre a situação financeira e os desafios da gestão local.

Ano após ano, o tema da alimentação escolar tem atravessado as pautas do COMSEAN como um fio condutor de cuidado e compromisso. Cada reunião, ofício e parecer representa um esforço coletivo para garantir que o alimento servido nas escolas vá além do valor nutricional, que ele eduque, acolha e transforme.

“Em cada refeição servida nas escolas, o COMSEAN vê mais que alimento: vê a semente de uma sociedade bem nutrida de direitos, saberes e esperança.”

3.5. Onde brota o compromisso: a trajetória das hortas comunitárias em Joinville

Falar de hortas comunitárias é falar de raízes, das que crescem no solo e das que se firmam no território. É contar a história de um município que viu na terra não apenas um espaço de cultivo, mas um lugar de pertencimento, aprendizado e partilha. Em Joinville, o COMSEAN acompanhou de perto o florescimento dessa ideia, transformando sementes em políticas, projetos e oportunidades.

Em 2009, o Conselho conheceu os primeiros projetos de Hortas Urbanas e Hortas Comunitárias, apresentados como iniciativas promissoras de promoção da segurança alimentar e de fortalecimento dos vínculos comunitários. No ano seguinte, 2010, a Fundação 25 de Julho apresentou novos projetos de hortas comunitárias e de cultivo de girassol, reforçando o compromisso do município com práticas sustentáveis e educativas.

O ano de 2011 marcou o início da implantação efetiva das Hortas Urbanas, mas também revelou desafios práticos: falta de estrutura, dificuldades com abastecimento de água e energia, e necessidade de articulação intersetorial. Em resposta, o COMSEAN promoveu reuniões com a Gerência de Segurança Alimentar para encontrar soluções conjuntas.

Em 2012, um avanço significativo: foi aprovado por unanimidade o Projeto Hortas Urbanas e Periurbanas – uma

estratégia de cooperação, inscrito no Edital MDS/SESAN nº 04/2012, tendo como proponente a Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho. A proposta representava mais que um incentivo à agricultura urbana, era um gesto de política pública que aproximava o campo e a cidade, o poder público e a comunidade.

No entanto, em 2013, uma questão burocrática interrompeu o ciclo promissor: o cancelamento do convênio com o MDS/SESAN devido à divergência entre o CNPJ da Fundação e o da Prefeitura Municipal de Joinville. O obstáculo, contudo, não interrompeu a semeadura da ideia.

Em 2015, o COMSEAN voltou-se às hortas escolares, solicitando informações às Secretarias Estadual e Municipal de Educação sobre o andamento dos programas. A resposta oficial destacou o acompanhamento técnico, as capacitações e o fornecimento de insumos, e o conselho deliberou pela realização de visitas presenciais às escolas, garantindo que a horta continuasse sendo também um espaço pedagógico e de cidadania.

O diálogo se ampliou em 2016, quando o COMSEAN enviou ofício ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) solicitando a inclusão das Hortas Comunitárias como beneficiárias e fornecedoras do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Naquele mesmo ano, o conselheiro José Declarindo dos Santos, presidente da Associação das Hortas Comunitárias, apresentou o trabalho desenvolvido junto à UFSC, que contribuíram com apoio técnico de engenheiros agrônomos. A renda gerada pela venda dos produtos era revertida para a manutenção das hortas: um verdadeiro ciclo de sustentabilidade.

Ao longo dos anos, o que começou como projeto se consolidou como símbolo: as hortas comunitárias

passaram a representar a união entre autonomia, alimentação saudável e educação ambiental.

“Cada muda plantada nas hortas comunitárias é mais do que um alimento que cresce, é um gesto de resistência e esperança, cultivando o direito de alimentar e de florescer juntos.”

4. CONSELHOS QUE PLANTAM DIREITOS: A TRAJETÓRIA DO COMSEAN

Ao longo das décadas, o COMSEAN não foi apenas um conselho: foi e continua sendo um terreno fértil de diálogo, luta e esperança. Das primeiras reuniões, ainda em meio a desafios e ausências de políticas claras, às conquistas legais e às mobilizações que marcaram o país, cada passo representa a força da sociedade organizada em garantir o direito humano à alimentação. Este capítulo percorre essa história, mostrando como leis, debates, conselheiros e cidadãos se entrelaçam, cultivando um futuro em que a mesa seja espaço de dignidade, justiça e cuidado coletivo.

2004 - Quando o amor ao próximo e a esperança virou Conselho

Início documental do COMSEAN foi em 2003, porém a posse dos primeiros conselheiros foi em 7 julho de 2004, na Câmara Municipal de Vereadores de Joinville. Naquela noite um grupo determinado a fazer a diferença começava a escrever um novo capítulo na história de Joinville. Junto com os representantes do poder público como o Prefeito da época M. A. Tebaldi, entidades sociais, associações, clubes de serviço e organizações religiosas reuniram-se para dar forma ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEAN).

A pauta principal daquela noite tão especial, carregava a esperança de transformação. A sessão com palavras de boas-vindas e apresentou a recém-sancionada Lei nº 4.839, de 1º de outubro de 2003, que estabelecia as bases legais para o funcionamento do conselho. Funcionários da secretaria e representantes da sociedade civil se alternavam entre anotações e falas, com grande participação e conscientes de que estavam construindo um espaço inédito de participação popular.

Contudo, a reunião foi além da formalidade de uma lei. Estava sendo desenhado um esforço coletivo para enfrentar um desafio profundo que era “a fome e a exclusão social”. O representante do programa Fome Zero enfatizou a necessidade de transformar intenções em ações concretas, lembrando que a fome não poderia esperar pelos trâmites burocráticos. Com todas as discussões, levantada a preocupação de que o conselho não se limitasse à alimentação, mas que fosse um espaço de debate sobre trabalho, renda e cidadania, o representante do Rotary Club ali presente, reforçou a urgência de olhar para a dignidade humana em sua totalidade. Portanto, naquela mesma noite, formou-se uma comissão responsável por redigir o discurso de posse do conselho, composto por advogados, nutricionistas, assistentes sociais e representantes de entidades diversas. Mas na frente estavam os nomes, que iniciaram a história e um grande marco para a cidade de Joinville, trajetória de muita luta do COMSEAN: E. M. Hendler, J. Q. Valadão, T. M. Crescêncio, G. C. Tártaro e outros.

As atas registraram cada detalhe, suas falas, as ausências, os prazos e as preocupações. Mas, além do registro formal, havia naquele momento algo muito maior: a crença de que a cidade de Joinville precisava construir novas formas de enfrentar a fome. Foi onde surgiu o COMSEAN, e não como mais um órgão burocrático, mas como um espaço de articulação entre governo e sociedade, onde cada voz poderia ecoar em busca de soluções coletivas.

Por fim, a sensação era de que algo novo tinha começado, o conselho ainda precisava ser consolidado, mas o primeiro passo havia sido dado, era o início de uma caminhada. Nos meses seguintes, foi ganhando força com a posse oficial, os primeiros projetos e com a integração de novas entidades. Naquele ano, 2004, Joinville escrevia sua própria história de participação social e combate à fome e o COMSEAN seria o fio condutor desta narrativa marcada por luta, muita determinação e amor.

Vozes que compuseram o conselho:

C. Giulari

V. S. Bail

G. C. S. Tártaro

V. S. Bail

M. Prüsse

S. [Sobrenome não informado]

R. [Sobrenome não informado]

M. Trambo

E. M. Hendler

J. Q. Valadão

T. M. Crescêncio

Em respeito à privacidade de cada pessoa e à LGPD, os nomes dos conselheiros foram abreviados, mas seu compromisso e dedicação permanecem inteiros nas páginas deste livro.

Ata de Posse do COMSEAN

Semeando Direitos, Colhendo Avanços: A Jornada do Conselho de Segurança Alimentar de Joinville

Em seguida a representante suplente do Comitê Fome Zero apresentou como propostas uma pauta para redigir o discurso de posse do conselho. Também sugeriu uma representante do conselho para ler o discurso no dia da posse o Senhor Júlio Tártaro. Em seguida os membros do conselho se apresentaram, visto que hoje compareceram pessoas novas. Os nomes das pessoas presentes, segue na folha de presenças anexas. Fazendo a apresentação social fornecida para a comunidade, Amanda Bracco, nome Raímes, foram as principais do PETI Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, e foram escolhidos os membros da comissão de redação do discurso que são os: uma nutricionista, a dra. Elenice, representante do Rotary, Valdecos, representante das nutricionistas Tânia, Brescencio e Gilia, onde mais haverá de tratar em Diáriano Schumacher Baul, secretaria de Educação e presente atai e assinou abaixo.

Dine Cun Baul

(Acervo da prefeitura de Joinville)

2005 - Encontros de esperança

Em 2005 foi marcado por encontros que ultrapassaram as paredes de uma sala de reuniões. No Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Joinville, homens e mulheres se reuniam com um propósito maior, transformar políticas públicas em práticas vivas, para chegar às mesas das famílias, às cozinhas comunitárias e aos corações de quem acreditava em um futuro mais justo. Em 10 de agosto, os conselheiros tomaram seus lugares com papéis à frente e cheios de expectativas. S. R. de Oliveira, vice-presidente, acolheu os presentes, enquanto Tânia Maria Crescêncio lia uma mensagem que evocava a memória de Betinho e a força do “Poder do Cidadão”.

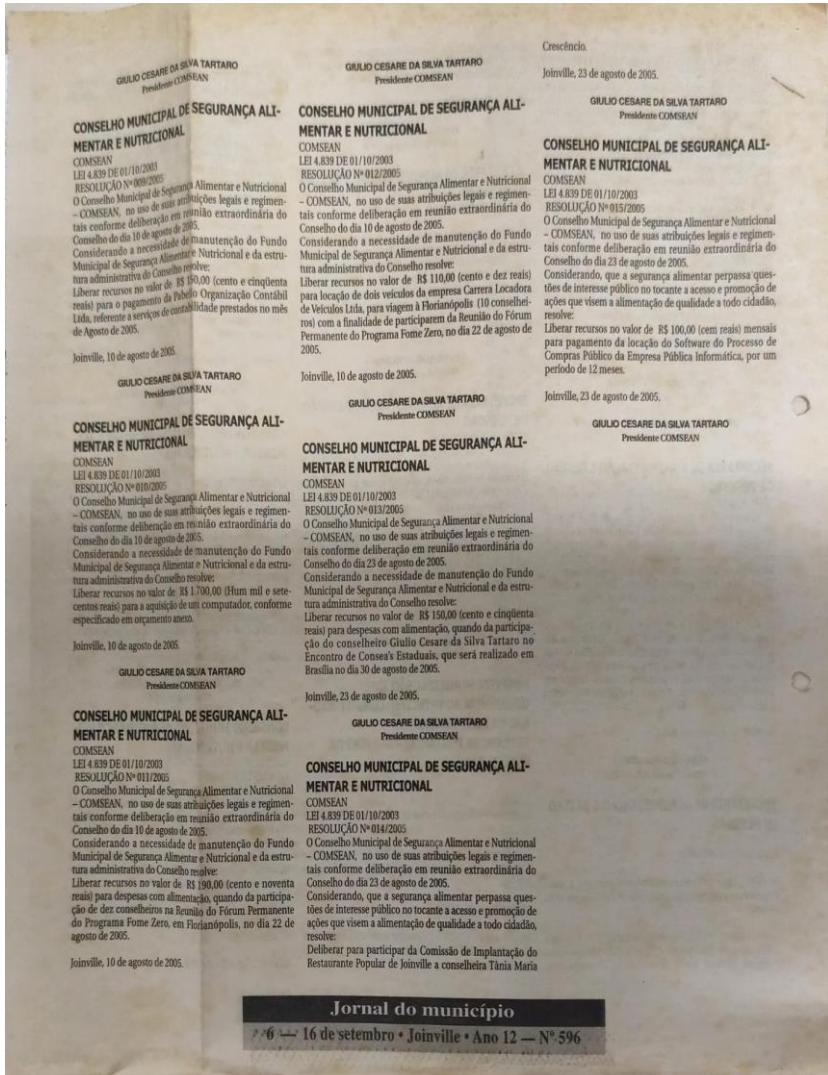
Não apenas um protocolo, era um lembrete de que cada decisão ali tomada poderia ecoar nas casas mais simples da cidade. Como pontos de discussão, a aquisição de um computador para apoiar a secretaria executiva e a necessidade de registrar a história dos projetos Conab. Rivellino, conselheiro atento, sublinhou a importância da agricultura familiar, que não apenas grãos e hortaliças, mas sementes de dignidade cultivadas pela própria comunidade.

No início de setembro, o conselho se esforçou no Projeto Compra Direta Local, iniciativa que unia agricultores familiares e programas sociais. Esta proposta, apresentada por Deise Gomes, visava garantir que alimentos frescos e produzidos localmente chegassem a creches, hospitais, asilos e cozinhas comunitárias.

As discussões do conselho sempre foram além da logística, era falado de inspeções municipais, de contrapartidas que não precisavam ser financeiras, mas humanas, como o tempo, dedicação, solidariedade. Era um projeto desafiador, ele fortalecia a agricultura familiar, alimenta também a rede de proteção social da cidade.

Em 22 de novembro, novas pautas aqueceram os debates e foi uma das mais importantes. A implantação do Restaurante Popular surgiu como um sonho coletivo. Não foi apenas sobre refeições a preços acessíveis, mas era sobre dignidade. Nas atas, tem o cuidado com o projeto arquitetônico, os orçamentos e a compatibilidade dos preços com o comércio local. Porém, nem tudo era simples, algumas reuniões relataram a ausência de documentos, o atraso de prazos, a necessidade de revisões, urgência. Mas se tinha algo que era muito claro, é que a fome não esperava. Mesmo com tantos obstáculos o conselho era firme no seu papel de vigiar e lutar pela execução do projeto.

Resolução:



(acervo da prefeitura de Joinville)

Vozes que compuseram o conselho:

G. C. S. Tártaro

S. R. de Oliveira

T. M. Crescêncio

V. Bail

M. T. Soares

M. [Sobrenome não informado]

F. Rossi

D. Gomes

N. [Sobrenome não informado]

R. [Sobrenome não informado]

M. Bento

J. L. Corrente

A. Machado

M. A. Fernandes

D. de Matos

M. A. Tebaldi

D. Dentinho

M. [Sobrenome não informado]

I. [Sobrenome não informado]

F. [Sobrenome não informado]

Em respeito à privacidade de cada pessoa e à LGPD, os nomes dos conselheiros foram abreviados, mas seu compromisso e dedicação permanecem inteiros nas páginas deste livro.

2006 - Construindo mudanças

O ano de 2006 foi marcado por encontros que definiram não apenas os rumos imediatos das deliberações, mas também construíram a base para mudanças que reverberam nos anos seguintes. A cada reunião, uma pauta carregada de tensões e expectativas, a síntese de escolhas que muitas vezes, custam longas horas de discussão. Nos primeiros meses, surgiram questões estruturais e decisões sobre organização interna, ajustes em regulamentos e a definição de prioridades mostravam que havia a necessidade de alinhar as diversas ideias. Esses registros, aparentemente técnicos, traduzem a verdade, um esforço coletivo. Com momentos importantes como a apresentação e aprovação do Projeto CONAB III, o qual beneficiou 81 produtores, relato do participante no evento Nacional. Deliberado nesse evento que o Programa CONAB continuaria sob a responsabilidade do Estado, e não da esfera Federal. Relato dos participantes no evento da Plenária Estadual, conselheiro do COMSEAN iria representar o Estado no evento da Plenária Nacional, projeto CONAB.

Os debates em torno de responsabilidades administrativas e do fortalecimento de instâncias de participação. Foram marcos que sinalizam uma transição com a busca por transparência, pela formalização de procedimentos e pela consolidação de práticas que garantem maior legitimidade às resoluções.

Em setembro e outubro registraram momentos de inflexão, um momento que precisou equilibrar diferentes visões, enfrentar resistências e, ao mesmo tempo, garantir que as decisões não ficassem paralisadas pela divergência. Tendo momentos importantes como organização da II Semana Mundial da Alimentação, informativos sobre andamento da implantação do RP, criação de Comissão Organizadora da Conferência com a decisão: será municipal ou regional? Novembro, ao se fechar o ciclo do ano, o tom dos registros já era outro. O que antes parecia disperso ganhava uma forma mais sólida, as anotações revelam

um amadurecimento, consciência de que cada decisão, ainda que pequena, era importante.

Com isso o Diagnóstico sobre o Social chamado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Convocação da III Conferência Regional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Vozes que compuseram o conselho:

- A. J. de Almeida
- A. J. de P. Coutinho
- A. F. dos Santos
- A. C. F. Nogueira
- A. C. R. Brasiliano
- A. Drummond
- C. A. B. de Oliveira
- C. A. M. da Silva
- C. de C. Paiva
- C. L. da Silva
- E. P. da Silva
- F. C. C. de Mello
- H. B. Teixeira
- J. L. Alquéres
- J. M. do Nascimento
- L. G. de M. Belluzzo
- L. O. da M. Veiga
- M. S. de Oliveira

N. R. Augusto

P. E. Martins

R. de A. Lima

R. P. C. de Andrade

R. Tourinho Neto

Em respeito à privacidade de cada pessoa e à LGPD, os nomes dos conselheiros foram abreviados, mas seu compromisso e dedicação permanecem inteiros nas páginas deste livro.

2007 - A união em prol dos direitos

No ano de 2007, o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Joinville (COMSEAN) contou com a presença de muitos conselheiros e convidados. Se reuniram diferentes representantes do poder público, da sociedade civil, técnicos, professores e lideranças comunitárias, todos com o mesmo objetivo, que era pensar como a cidade poderia garantir comida de qualidade na mesa de quem mais precisa.

Mas, nem sempre era assim. Em muitas reuniões a falta de conselheiro era uma preocupação, sendo que em uma das reuniões a presidente M. Schneider não escondeu a frustração. Muitos conselheiros faltavam, o quórum mal se formava, e as decisões ficavam suspensas por falta de integrantes. A solução foi propor um levantamento das faltas e chamar as instituições para uma conversa. Afinal, não dava para falar de fome sem estar presente.

O Restaurante Popular, refeições baratas, nutritivas e acessíveis à população, mas em cada reunião revelava os temperos amargos da burocracia. Perguntas perturbadoras: quem iria gerir? Seria a Prefeitura? Uma empresa terceirizada? Ou uma mistura dos dois? M. Schneider, junto com outros conselheiros

insistiam que não podia virar negócio lucrativo, mas um espaço público de dignidade.

Enquanto isso, a obra caminhava devagar, e as dificuldades legais, licitações e papéis empacaram a *cozinha* que ainda nem tinha cheiro de comida. Já o Banco de Alimentos nasceu com mais força, em junho de 2007, quando foi aprovado por unanimidade, arrancando sorrisos dos presentes. A ideia era simples, mas com muito poder, que era de recolher alimentos que seriam desperdiçados e repassá-los a quem tinha fome. Este projeto entrou no Plano Plurianual do município, com a garantia de que não seria só promessa de ocasião, para os conselheiros foi o ponto alto do ano. Conferências estaduais e regionais de segurança alimentar também fizeram parte em 2007. Joinville sediou encontros que reuniram representantes de várias cidades, o entusiasmo com muitas propostas, participação de nutricionistas e muitas trocas de experiências.

Em contrapartida, também havia queixas. Faltava espaço adequado para as refeições, os critérios de escolha dos delegados eram confusos. Neste momento, o clima esquentava nos grupos de trabalho, por conta das críticas recebidas. No entanto, Joinville conquistou quatro vagas para a conferência nacional, sendo uma delas a Márcia, escolhida como representante oficial da cidade, reconhecimento importante para quem vinha puxando as discussões com tanto afínco. Outro tema constante era a agricultura familiar. Os Conselheiros defendem que os agricultores locais deveriam ser prioridade como fornecedores de merenda escolar e do futuro Restaurante Popular. Com isso, haveria a garantia de comida saudável e a cidade apoiaria quem produzia na terra.

Mas como tudo não é mar de rosas, havia grandes barreiras. Contratos engessados com empresas terceirizadas e exigências legais que afastam os pequenos produtores. A luta

seguiu firme, havia uma convicção de que esse caminho era inevitável para uma cidade mais justa.

Vozes que compuseram o conselho:

M. Schneider

W. Schaefer

D.

M. S. da Silva

I. Kniess

E. M. J. Buzzi

V. S. Bail

R. Simas

A. Moreira

C. A. Ramos

J. Guimarães

N. de O. Aguiar

L. Lutz

J. de S. Filho

J. B. de S. Filho

J. Mota

L. G. da Costa

G. Apati

Y. da S. Dalonso

V.

O. Teixeira

A. M. Czarnobaj

M. do C. Vieira
S. R. de Oliveira
J. N. da Santana
J. N. Mota
V. L. Leão
E. C. Dalquano
A
C.
A.

Em respeito à privacidade de cada pessoa e à LGPD, os nomes dos conselheiros foram abreviados, mas seu compromisso e dedicação permanecem inteiros nas páginas deste livro.

2008 - Sementes de um Futuro em Segurança Alimentar

No ano de 2008 foi onde foram tomadas decisões que influenciaram a direção de vários projetos, quase como se houvesse uma antecipação e também uma grande responsabilidade em cada reunião. Entendia-se que as diretrizes que surgissem seriam aquelas que guiaram não apenas naquele momento, mas no futuro. Fevereiro, as reuniões iniciais serviram como um trampolim, orientando a discussão sobre como ajustar o orçamento e as prioridades. As mais importantes, estabelecendo os alicerces do futuro, quase como mapear a jornada antes de embarcar em uma viagem para o tão sonhado restaurante comunitário, decidindo quais caminhos seriam importantes seguir e quais recursos estavam disponíveis.

Em março, o clima parecia diferente, não se tratava apenas de planejar, mas de transformar decisões em ação. Os objetivos e responsabilidades logo foram definidos e compartilhados, havia

uma certa sensação de dedicação compartilhada, como se cada participante carregasse uma peça da engrenagem, sabendo que, se as coisas não funcionassem em harmonia, todo o mecanismo poderia parar. Na medida que as semanas passavam, abril e maio trouxeram avaliações, os projetos começaram a dar seus primeiros frutos, mas também problemas.

Mas, em vez de elogiar os sucessos, as reuniões eram sobre como corrigir rumos. Além das visões críticas, era necessário garantir que os erros não se repetissem, e cada ajuste parecia uma experiência de aprendizado integrada nesse processo. No mês de junho o peso foi maior, chegou carregado de decisões importantes, os projetos de maior impacto social e institucional ganharam destaque, as parcerias estratégicas foram debatidas, e investimentos adicionais discutidos, o momento de ousar um pouco mais, de pensar além do imediato e projetar efeitos de médio e longo prazo.

Setembro se mostrou um ponto de virada de chave, revisão crítica de tudo o que havia sido feito, trouxe uma atmosfera de balanço e reflexão. Alguns projetos se encaminharam para a conclusão, enquanto outros precisavam de medidas corretivas, com revisão de um grande trabalho antes de entregá-lo, cuidando para que cada detalhe estivesse no lugar certo. Final do ano chegando e novembro coroou o ciclo com a última reunião do ano, marcada por conclusões, balanços e, sobretudo, pela preparação do futuro. As conquistas foram celebradas, as dificuldades reconhecidas e os aprendizados, registrados, o sentimento de missão cumprida com o encerramento de mais um ano de trabalho, com a promessa de que a experiência acumulada serviria de guia para os próximos passos.

Vozes que compuseram o conselho:

C. A. da V. Sicupira

J. P. Lemann

M. H. Telles

A. B. da Costa

R. T. Motta

C. Garcia

P. A. Lemann

J. F. A. Salles

A. B. G. Johannpeter

R. Lima

F. Gros

J. R. E. de Moraes

Em respeito à privacidade de cada pessoa e à LGPD, os nomes dos conselheiros foram abreviados, mas seu compromisso e dedicação permanecem inteiros nas páginas deste livro.

2009 - Entre Planejamento e Ação

No ano de 2009 o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Joinville (COMSEAN), viveu um ano de intensa movimentação. Foi marcado pela combinação de planejamento estratégico, crises de abastecimento, disputas institucionais e mobilização social. Janeiro começou com debates sobre o Plano Plurianual (PPA), com a parceria da Secretaria de Planejamento, o conselho ressaltou a importância da participação popular no processo e a necessidade de acompanhar de perto a gestão do Restaurante Popular, que enfrentava problemas por conta da falta de funcionamento adequado da Associação de Segurança Alimentar e Nutricional de Joinville (ASANJ). Já nos meses seguintes, fevereiro e março, o foco esteve na estruturação interna, com reforço das comissões de fiscalização e políticas de combate à fome, apresentação de relatórios de visitas e discussão

de projetos como o Sabor de Sobra, além da definição do planejamento anual. Neste primeiro semestre, o conselho voltou-se para os editais do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que poderiam financiar ações de educação alimentar e nutricional e destacou-se o avanço do projeto do Restaurante Popular, com a definição de local e recursos para sua implantação. Mas ao mesmo tempo, apareceram as primeiras preocupações com o fechamento de cozinhas comunitárias, dificuldades de entidades em manter padrões de qualidade e a urgência de consolidar a Lei Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, vista como instrumento essencial para dar estabilidade às políticas locais.

No segundo semestre, os problemas se agravaram. Agosto foi o mês que, durante a reunião extraordinária com a Secretaria de Assistência Social e representantes da ASANJ, veio à tona a crise de abastecimento de alimentos, causada por falhas em licitações e pela saída de fornecedores. Portanto foram discutidas alternativas emergenciais, como parcerias com o CEASA e o Programa de Aquisição de Alimentos. Porém o episódio revelou fragilidades na gestão pública, os conselheiros manifestaram frustração com a falta de comunicação da ASANJ e pediram maior transparência. No mesmo mês, avançou a proposta da lei municipal, inspirada em experiências de Porto Alegre, e seguiu a discussão sobre o Banco de Alimentos.

Nos meses finais, os debates ganharam tom mais político e crítico. Em novembro, o conselho voltou a discutir a autonomia financeira, defendendo a criação de um fundo próprio para a segurança alimentar, o FUMSEAN, em vez de depender do Fundo Municipal de Assistência Social. Foi feito o balanço das atividades do Dia da Alimentação, avaliando falhas na organização dos eventos e a necessidade de maior envolvimento comunitário.

Dezembro chegou e a pauta concentrou-se na relação com a ASANJ, na apresentação dos programas de alimentação da

Secretaria de Assistência Social e no Mutirão de Natal, mobilização que envolveu escolas, empresas e associações comunitárias na arrecadação de alimentos. Foi analisado o projeto de cooperativas da agricultura familiar, com preocupações sobre critérios de distribuição dos alimentos e por fim, a trajetória do COMSEAN em 2009 foi a de um conselho que buscava consolidar sua atuação institucional, enfrentando dificuldades administrativas e políticas, mas também ampliando sua relevância por meio de projetos estruturais, mobilização social e debates sobre a política pública de segurança alimentar no município.

Vozes que compuseram o conselho:

C. M. Fonseca

F. Rossi

L. P. Silva

L. C. Schuchardt

R. Simas

E. da Silva

J. Guimarães

S. Graciano

T. M. Crescêncio

N. H. Barbosa

C. A. Carneiro

F. M. Jürgensen

C. M. Lehmkuhl

M. S. da Silva

M. Schneider

L. M. Patti
D. T. Flores
Y. M. Rocha
C. C. Giosole
A. Schroeder
R. Hang
Á. M. de B. Oliveira
L. S. de C. da Maia
I. C. do Nascimento
M. L. Eleutério
S. M. Vieira
M. P. Massi
L. Ruviaro

Em respeito à privacidade de cada pessoa e à LGPD, os nomes dos conselheiros foram abreviados, mas seu compromisso e dedicação permanecem inteiros nas páginas deste livro.

2010 - Do Debate à Ação: O Caminho do COMSEAN em 2010

O ano de 2010 começou com discussões importantes no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Joinville. Janeiro deu início a primeira reunião do conselho que enfrentou um tema delicado, que foi o pagamento da CETIL em 2008, que havia recebido pareceres divergentes da Procuradoria. Este episódio levantou dúvidas sobre a transparência e a necessidade de maior clareza nos processos. Neste mesmo encontro, a presidente da ASANJ apresentou a situação do Restaurante Popular, explicando o contrato com a empresa

terceirizada Puras, o limite de 600 refeições diárias e as dificuldades de ampliação, debate se a gestão deveria ser pública ou terceirizada, destacando que a administração direta poderia garantir mais transparência e fortalecimento da agricultura familiar. Essa situação deixou claro que 2010 era um ano de planejamento, com a organização das comissões e o início da mobilização pela Lei Municipal de Segurança Alimentar. Fevereiro, a Fundação 25 de Julho apresentou projetos de hortas comunitárias e cultivo de girassol, despertando o interesse dos conselheiros pela integração da agricultura familiar, porém, no fim do mês, uma reunião precisou ser encerrada sem deliberações por falta de quórum, sinalizando que a participação ativa ainda era um desafio. Março, o conselho se reuniu de forma extraordinária e tomou uma decisão fundamental, foi aprovada a inscrição de Joinville em dois editais do Ministério do Desenvolvimento Social, um para conversão do Restaurante Popular para gestão direta e outro para comercialização de produtos da agricultura familiar.

Apesar dos receios quanto à transição e ao abastecimento, os conselheiros reconheceram a importância estratégica desses projetos, também se discutiu a participação no Congresso Brasileiro de Nutrição e se aprovou o planejamento das comissões. No fim do mês, o resultado positivo chegou e Joinville foi classificada em sexto lugar no edital do PAA, o que trouxe entusiasmo. O conselho também reforçou a necessidade de mapear entidades e preparar campanhas de arrecadação de alimentos. Abril foi marcado por intensos debates sobre o Programa de Aquisição de Alimentos, e o grande dilema era se os recursos deveriam priorizar programas da Secretaria de Assistência Social ou entidades da sociedade civil. Esta decisão final foi contemplar os programas da SAS, mas com inclusão de algumas entidades, definidas pela Mesa Diretora. Dias depois, a Mesa formalizou a escolha, três casas de acolhimento e o

Laboratório de Segurança Alimentar da Casa Brasil passaram a integrar o programa. Ainda em abril, avançaram os planos do Banco de Alimentos, cujo projeto já estava encaminhado à Caixa Econômica e foi discutida a articulação com a agricultura familiar.

Maio chegou com uma preocupação, o contingenciamento de recursos do Fundo Municipal de Segurança Alimentar. A redução de mais de sessenta mil reais limitava a execução das ações planejadas. Mas houve descontentamento e indignação, também propostas de buscar novas fontes de financiamento, inspiradas em experiências de outros fundos. Nesta mesma reunião, aprovou-se a realização de um fórum conjunto de eleições entre diferentes conselhos e começou-se a estruturar o Dia Mundial da Alimentação. Junho, a comissão de finanças apresentou pareceres sobre a prestação de contas da ASANJ e da Fundação Padre Facchini, esta foi a primeira vez que a Fundação enviou documentação detalhada, gesto visto como um avanço na transparência. Os conselheiros também relataram experiências de Curitiba, onde práticas inovadoras, como a troca de recicláveis por alimentos, mostraram caminhos criativos no combate à fome. No mesmo tempo, os preparativos para o Dia da Alimentação ganhavam força, com apoio da Secretaria de Comunicação. Julho, os planos se concretizaram, a aprovação do orçamento de até dez mil reais para a realização da Caminhada do Dia Mundial da Alimentação e do III Seminário de Segurança Alimentar. As reuniões seguintes confirmaram a mobilização de diversas entidades e a organização em grupos de trabalho. O conselho também viabilizou a ida de representantes a uma mesa técnica em Brasília, reafirmando a importância de participar de discussões nacionais, mas o debate sobre a participação do COMSEAN na ASANJ continuava em aberto. Agosto iniciou com novos desafios, conselho aprovou a elaboração do planejamento de 2011, mas pairava a dúvida sobre os recursos disponíveis para execução, com o tema da caminhada foi definida “Todos contra a Fome. O que a Fome tem a ver comigo?”.

Também foram levantadas preocupações com o PAA municipal, pois havia dificuldades logísticas e insuficiência de agricultores para atender à demanda. No mesmo mês, visitas a hospitais revelaram a precariedade do quadro de nutricionistas, em contraste com a expansão de cirurgias bariátricas, o que motivou a elaboração de relatórios para o Conselho Regional de Nutrição.

Com a chegada de setembro, iniciou-se a transição da gestão e 5 de outubro, os novos conselheiros da gestão 2010–2012 foram empossados. Janine foi eleita presidente, Cléia vice-presidente, Neusa e Isabel secretárias, as novas comissões foram organizadas e já começaram a planejar eventos como o Concurso de Gastronomia Rural e a Conferência Municipal de 2011. Dia 28 de outubro, os novos membros se reuniram pela primeira vez. Esta reunião começou com a exibição de um vídeo sobre o direito humano à alimentação, inaugurando uma prática pedagógica para fortalecer o conhecimento dos conselheiros. Também foi apresentada a campanha Mutirão de Natal, organizada pela ADRA em parceria com a prefeitura. Outro ponto de destaque foi a votação que decidiu que o COMSEAN não faria parte do Conselho Administrativo da ASANJ, reforçando sua função fiscalizadora e não deliberativa dentro da associação. Nesse mesmo encontro, foi criada a comissão responsável pelo planejamento de 2011 e discutida a necessidade de visitas às escolas, diante de denúncias sobre a alimentação oferecida.

Assim, o ano de 2010 terminou com muitos desafios superados e outros ainda em aberto, mas o COMSEAN mostrou força na articulação de eventos, na mobilização de recursos e na defesa da gestão pública e na transparência da segurança alimentar. As dificuldades financeiras e a falta de quórum em alguns momentos não impediram que o conselho avançasse em projetos fundamentais, como o Banco de Alimentos, o

fortalecimento da agricultura familiar e a organização de grandes eventos de conscientização. A renovação da diretoria e o início de um novo ciclo, o conselho fechou o ano preparado para consolidar sua atuação em 2011, com a Conferência Municipal no horizonte.

Vozes que compuseram o conselho:

- A. Schroeder
- A. M. Hansen
- A. M. Flores
- C. M. Fonseca
- C. de O. Nunes
- C. C. Giosole
- C. A. Carneiro
- C. M. Lehmkuhl
- D. C. Flores
- E. da Silva
- E. de Sousa
- E. A. Ritzmann
- E. Frech
- E. de Souza
- E. de Souza
- F. Jurgensen
- F. Rossi
- F. T. Martins
- F. M. de Oliveira
- G. L. de Souza

*Semeando Direitos, Colhendo Avanços: A Jornada
do Conselho de Segurança Alimentar de Joinville*

H. Martins
I. N. Gonçalves
I. C. do Nascimento
J. J. Tavares
J. Guimarães
J. M. da Rosa
L. M. Patti
L. M. Goulart
L. Ruviaro
L. P. Silva
L. C. Schuchardt
L. S. da Maia
M. P. Massi
M. Schneider
M. B. Souza
M. S. da Silva
N. A. Bettio
N. H. Barbosa
N. D. M. de Oliveira
N. M. Perão
R. de C. Fernandes
R. Simas
S. Graciano
S. M. Vieira

T. Jacob

T. de J. dos Passos

Em respeito à privacidade de cada pessoa e à LGPD, os nomes dos conselheiros foram abreviados, mas seu compromisso e dedicação permanecem inteiros nas páginas deste livro.

2011 - O Ano da Afirmação Política do COMSEAN em Joinville

Em 2011 quando as cadeiras da sala de reuniões da Secretaria de Assistência Social começaram a ser agitadas, pouco a pouco, por homens e mulheres que carregavam nas mãos massas recheadas de papéis, e no peito, a responsabilidade de discutir um direito fundamental que é o direito à alimentação, o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEAN) abriu o ano com excitação, e a certeza de que os desafios seriam muitos. Logo nas primeiras reuniões, ficou claro que os temas eram urgentes. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Restaurante Popular, os fitoterápicos e até as cozinhas comunitárias foram apresentadas como prioridades, as comissões foram organizadas, cada conselheiro reuniu um papel, cada entidade trouxe suas demandas. As conversas não eram apenas burocráticas, eram sobretudo, a expressão de um desejo coletivo de transformar a realidade das famílias de Joinville.

Em conferências, o clima era de expectativa, as conferências de segurança alimentar se aproximavam, o Conselho se preparava para garantir que a voz da cidade fosse ouvida além de seus limites. A pauta, porém, não se limitava a isso, o financiamento das entidades, como a ASANJ, trouxe apenas quem defende o rigor absoluto na fiscalização dos convênios e quem temesse o desamparo das instituições que dependem do repasse. As reuniões ganharam contornos de

debate político, revelando o quanto a potência era disputada também de território.

Abril e maio trouxeram ventos de mudança, a presidente Janine Guimarães anunciou que deixaria o cargo. Cléia Giosole assumiu a liderança, essa transição não foi apenas administrativa, simbolizava uma nova fase, em que o Conselho precisava afirmar sua força como espaço de controle social. O trabalho da comissão para a conferência avançava, regimentos, convites, infraestrutura, era como organizar uma festa popular, mas com a seriedade de quem sabia que dali sairiam propostas para políticas públicas.

Junho chegou com a realização da IV Conferência Regional de Segurança Alimentar e Nutricional, o auditório se encheu com mais de duzentas pessoas. Entre gestores, representantes de entidades, agricultores e cidadãos, avaliações posteriores mostraram que a maioria avaliou os eventos como ótimo.. Discutiram-se programas como o Bolsa Família, hortas comunitárias, abastecimento e direitos. Ali, viu-se a força da mobilização coletiva, novas eleições definiram a mesa diretora, Cléia foi confirmada presidente, ao lado de Márcia Schneider, Isabel Nascimento e Fábio Bezerra. Essa cena parecia simples nomes lidos, votos levantados, mas guardava em si a renovação da energia política do Conselho.

O segundo semestre seria ainda mais intenso. Em julho e agosto os conselheiros se viram diante de um dilema: quem deveria pagar a conta da participação das delegadas governamentais nas conferências estaduais e nacionais? As falas se sucederam, uns defenderam que o Conselho deveria assumir as despesas, em nome da representatividade, outros, que cabia ao governo municipal arcar com o custo. O embate foi acalorado, e as votações emocionantes, no final, optou-se por garantir a ida às conferências, mas não sem registrar como ressalva de que na

etapa nacional, a responsabilidade deveria ser exclusivamente do município.

Setembro com conquistas, chamada pública para credenciamento de agricultores familiares atendidos com 126 inscrições, garantindo o fornecimento completo de produtos frescos para entidades e programas sociais. O PAA, até então uma ideia em construção, ganhou robustez. A Semana da Alimentação foi planejada com palestras, atividades em escolas e unidades de saúde, além de concursos de hortas, o Conselho transformando debate em ação. Outubro, retornaram os impasses sobre recursos, mas também nasceram ideias criativas, entre elas, a proposta de distribuir cestas de frutas junto às cestas básicas mensais, garantindo diversidade alimentar às famílias, pequenas iniciativas que revelaram a sensibilidade do grupo para além da gestão formal. Novembro e dezembro foram meses de fechamento, as últimas reuniões trouxeram relatórios sobre o PAA, avaliações positivas do Restaurante Popular, e o fortalecimento institucional com a eleição de novos conselheiros em fórum aberto. No mesmo tempo, discutiram-se contratos, planejamentos e orçamentos para 2012, ciclo se fechava, mas deixava marcas profundas.

O ano de 2011 entrou para a memória do COMSEAN como um período de afirmação política, com debates acalorados, conquistas simbólicas e ações concretas. Os conselheiros mostraram que a alimentação não era apenas prato de comida na mesa, era também dignidade, cidadania e um direito que precisava ser defendido.

Vozes que compuseram o conselho:

V. S. Bail

L. P. Silva

L. C. Schuchardt

J. Guimarães

*Semeando Direitos, Colhendo Avanços: A Jornada
do Conselho de Segurança Alimentar de Joinville*

T. Jacob
J. M. da Rosa
I. C. do Nascimento
N. A. Bettio
S. M. Vieira
M. dos S. da Silva
N. Holz
N. M. P. Oliveira
F. T. Martins
C. A. C. Giosole
G. L. de Souza
M. Schneider
F. M. de Oliveira
A. M. Hansen
H. Bade
T. Urnau
M. A. de Souza
M. A. P. Brit
M. B. Souza
S. M. da Silva
E. de S. Mendes
A. Schroeder
A. M. Flores
I. N. Gonçalves

E. C. Scalabriní

C. M. Fonseca

R. Barbosa

S. Loh

G. A. Klein

T. de J. dos Passos

L. M. Goulart

L. Ruviaro

J. dos Santos

A. Hansen

Em respeito à privacidade de cada pessoa e à LGPD, os nomes dos conselheiros foram abreviados, mas seu compromisso e dedicação permanecem inteiros nas páginas deste livro.

2012 - Do debate à lei

Em 2012 foi um ano promissor para o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Joinville. No auditório da Casa dos Conselhos, as vozes diferentes se reuniam com um único propósito, garantir à população o direito à alimentação digna, saudável e de qualidade. Não se tratava apenas de discutir programas ou relatórios, mas sobretudo, o exercício vivo da cidadania.

Em fevereiro, a pauta que abriu os trabalhos foi contundente, a merenda escolar. Uma decisão judicial havia declarado inconstitucional a terceirização da alimentação nas escolas, e o Conselho foi chamado a refletir. Os conselheiros e conselheiras se revezaram no microfone, apontando a necessidade de maior fiscalização e lembrando a lei que determina que 30% dos recursos devem ser aplicados na compra

de produtos da agricultura familiar. Ficou claro que havia avanços, cozinhas mais equipadas, alimentos chegando de forma mais regular, mas também havia falhas que não podiam ser ignoradas. Esse foi o primeiro sinal de que aquele ano seria intenso.

Nos meses seguintes, o compromisso com o controle social se traduziu em visitas. No mês de abril, a comitiva do COMSEAN percorreu entidades beneficiárias do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O que encontraram foi um mosaico de contrastes. De um lado, instituições bem-organizadas, mas de outro, cozinhas minúsculas, alimentos fora do prazo, ausência de nutricionistas e condições precárias de armazenamento. Houve quem narrasse a cena chocante de trabalhadores comendo no meio do lixo, sem estrutura básica para preparo de refeições. A indignação, no entanto, não paralisou o Conselho, pelo contrário fez nascer cobranças mais firmes e encaminhamentos urgentes. Maio trouxe mudanças de liderança, a presidente Cléia Giosole afastou-se por motivos de saúde, e a vice, Márcia Schneider, assumiu interinamente. Esta seria a voz firme e acolhedora que guiaria os trabalhos dali em diante. As reuniões daquele período também abriram espaço para o planejamento do futuro. A minuta da Lei Municipal de Segurança Alimentar, assim como projetos de hortas urbanas e periurbanas, capazes de beneficiar centenas de famílias com alimentos orgânicos. Nas palavras dos conselheiros, não era apenas uma proposta técnica, mas um gesto de esperança para quem vivia na vulnerabilidade no cotidiano.

Julho e agosto marcaram um divisor de águas. Entre plantas arquitetônicas e orçamentos, discutia-se a implantação do 2º Restaurante Popular e a obra do Banco de Alimentos. Havia entusiasmo, mas também a consciência dos entraves burocráticos que atrasavam a execução. Foi nesse mesmo período que o Conselho aprovou o Projeto de Lei de Segurança

Alimentar e Nutricional, um marco para Joinville. A cidade passava a integrar de forma mais efetiva o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A votação foi unânime, e muitos sentiram o peso histórico daquele momento. Não era mais um documento, era a formalização de anos de luta.

Setembro trouxe a política para o centro das atenções. Conselheiros foram ao gabinete do prefeito Carlito Merss, cobrando agilidade na tramitação da lei. Houve também encontros com vereadores, na tentativa de sensibilizar o legislativo sobre a importância do tema. Paralelamente, o COMSEAN se preparava para o Dia Mundial da Alimentação, que naquele ano teria como tema “A alimentação fora do lar”. As discussões incluíam desde a conscientização sobre excesso de sal, gordura e açúcar, até a inclusão de pautas específicas, como a alimentação adequada para diabéticos, celíacos e pessoas com intolerâncias alimentares.

Outubro foi tempo de renovação interna. A eleição da nova mesa diretora confirmou Márcia Schneider como presidente. Com ela, vieram novas secretarias, vice-presidência e a promessa de dar continuidade ao trabalho iniciado. O mês também trouxe a difícil constatação de que a obra do Banco de Alimentos enfrentava sérios problemas estruturais. A prestação de contas do PAA seguia firme, revelando números expressivos de agricultores atendidos e entidades beneficiadas. Então o ano chegou ao fim, com sabor de conquista, e em novembro, a Lei nº 7.306/2012 foi sancionada, instituindo oficialmente a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. O conselho, que já vinha atuando de forma organizada e crítica, ganhava agora um respaldo jurídico robusto. Foi também aprovado o Relatório de Gestão de 2012, consolidando os esforços de um ano inteiro de trabalho. Ocorreram algumas frustrações, como a baixa adesão ao Seminário de Segurança Alimentar daquele mês, mas elas foram encaradas como aprendizados para o futuro.

E assim, entre fiscalizações, reuniões longas e conquistas históricas, o COMSEAN encerrou o ano de 2012 mais maduro e fortalecido. O que começou com debates sobre merenda escolar terminou com uma lei que colocava Joinville no mapa das cidades comprometidas com a segurança alimentar. Mais que atas e ofícios, o que ficou registrado foi a força de um grupo de pessoas que acreditava, profundamente, que alimentar é também um ato de justiça social.

Vozes que compuseram o conselho:

M. Schneider

C. A. Giosole

L. P. Silva

S. do C. Goedert

T. Jacob

M. A. de Souza

M. B. Souza

M. Nickel

C. M. Fonseca

G. A. Klein

J. D. dos Santos

M. dos S. da Silva

F. M. de Oliveira

T. de J. dos Passos

P. L. Viteritte

N. Holz

A. L. P. Nunes

I. C. do Nascimento

E. Frech

A. M. Henchel

C. C. Giosole

M. A. P. Brito

A. M. Flores

E. C. Scalabrin

J. Tavares

N. O. A. Bettio

M. F. L. Duprat

F. Mannes

E. G. Andrade

R. L. Jurk

L. F. V. Ellmer

N. M. de Frem

C. Possamai

L. S. Mileo

V. L. L. Oliveira

H. Ribeiro Filho

U. Duarte

S. Graciano

J. R. Bif

R. Simas

M. de L. Cardoso

C. A. Carneiro

H. Bade

E. G. de Andrade

Em respeito à privacidade de cada pessoa e à LGPD, os nomes dos conselheiros foram abreviados, mas seu compromisso e dedicação permanecem inteiros nas páginas deste livro.

2013 - Um Ano de Desafios e Conquistas

Em 2013, o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Joinville presenciou um ano muito intenso, com discussões, mudanças e conquistas. A cada reunião na Casa dos Conselhos, as vozes se levantaram em defesa de um direito essencial, que é a alimentação adequada para todos.

O início foi de muito entusiasmo. Ainda ecoava a inauguração do Restaurante Popular II, no bairro Adhemar Garcia. No fim de 2012, havia um ar de otimismo, mas também preocupações. As primeiras reuniões trataram de questões práticas, como contratos de passagens e hospedagens e temas estruturantes, como o Banco de Alimentos, que enfrentava problemas de logística e instalações. Os conselheiros sabiam que, além de sonhar com políticas públicas inovadoras, era preciso encarar a dura realidade das dificuldades administrativas.

Fevereiro, um debate acalorado marcou a pauta, os preços das refeições no Restaurante Popular. Para alguns, era necessário ajustar valores e garantir sustentabilidade financeira, para outros, o aumento poderia afastar justamente quem mais precisava do serviço. Entre argumentos e contrapontos, ficou clara a delicadeza da missão do Conselho, equilibrar justiça social com viabilidade prática. Nesse período, entidades sociais se apresentaram, mostrando a força das cozinhas comunitárias e iniciativas que combatiam a fome no dia a dia.

Os meses seguintes foram recheados de temas técnicos, mas não menos importantes, como a prestação de contas do Programa de Aquisição de Alimentos, ajustes no Regimento Interno para adequá-lo à nova legislação municipal, discussões sobre hortas comunitárias e urbanas. Cada ofício lido e cada proposta encaminhada revelavam a dimensão do desafio da Segurança Alimentar. Era uma política em construção, exigia cuidado constante. Para muitos conselheiros as hortas não eram apenas canteiros de verduras, mas sementes de cidadania e saúde espalhadas pela cidade. Os meses seguintes trouxeram transformações profundas. Em agosto a presidente Márcia Schneider anunciou seu afastamento da liderança por motivos pessoais. Foi um momento de emoção, marcado por agradecimentos, mas também pela urgência de reorganizar a direção do Conselho. Logo depois, em setembro, Heloisa Bade assumiu a presidência. Sua eleição simbolizou uma nova fase, com energia renovada, mas também com dilemas difíceis, a possibilidade de transferir a gestão da política de Segurança Alimentar da Secretaria de Assistência Social para a Fundação 25 de Julho. Opiniões se dividiram, havia quem enxergasse oportunidades de fortalecimento e quem temesse retrocessos. Reuniões se tornaram ainda mais intensas, com vozes firmes defendendo que a alimentação não podia ser reduzida a um detalhe administrativo, mas deveria permanecer como política pública estruturante. Realizadas as visitas nas escolas estaduais, revelaram algumas realidades, como cozinhas interditadas e estruturas precárias, mas em outras, organização e bons exemplos. Para o conselho, era a prova de que a fiscalização e o acompanhamento eram indispensáveis e que o papel do COMSEAN ia muito além de discussões em torno de papéis e carimbos.

Com o final do ano chegando, a prioridade do conselho era preparar o caminho para 2014. Com alterações no Regimento Interno aprovadas, as comissões foram criadas para planejar o próximo ciclo. O mapa de ações começou a ser desenhado. A

inauguração do Restaurante Popular II era motivo de celebração, ao mesmo tempo o Restaurante Popular I estava passando por mudanças. O Conselho se despedia do ano com a sensação de que, apesar das dificuldades, tinha cumprido seu papel e mostrou que o COMSEAN era mais do que um espaço de debates, era um espaço de luta e de esperança para toda a cidade de Joinville.

Vozes que compuseram o conselho:

M. Schneider

H. Bade

L. P. da Silva

L. P. Cardoso

E. G. Andrade

G. A. K. de Souza

S. M. da Silva

M. Nickel

T. Jacob

P. R. de O. Borges

P. L. Viteritte

T. de J. dos Passos

M. A. de Souza

F. M. de Oliveira

E. da S. M. dos Santos

M. dos S. da Silva

S. R. Correia

N. Holz

S. A. Czarnobay

M.

N. Bettio

M. Duprat

E. C. da S. de Borba

J. Bif

L. Hirt

C. L. Petry

K. M. de Souza

L. S. Mileo

M. E. V. Fernandes

M. A. P. Brito

F. M. Jurgensen

C. Petry

S. Rodrigues

S. Ferreira

C. Fonseca

J. C. Lehm

C. de Souza

E. da S. M. dos Santos

R. Hang

S. Graciano

G. M. Teixeira

T. R. Lemke

N. Aguiar

A. L. P. Nunes

V. L. de L. Oliveira

Em respeito à privacidade de cada pessoa e à LGPD, os nomes dos conselheiros foram abreviados, mas seu compromisso e dedicação permanecem inteiros nas páginas deste livro.

2014 - Crises, Resistência e Novos Caminhos

Ano de 2014 foi decisivo para o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Joinville, o COMSEAN. Logo nos primeiros meses, mudanças na presidência trouxeram instabilidade, mas também mostraram a capacidade de adaptação do grupo. Heloísa Bade, então presidente, renunciou ao cargo, e o vice-presidente Sídney Rodrigues assumiu, contando com o apoio de S. Czarnobay, que mais tarde seria aclamada como presidente interina. Era um sinal claro de que, apesar das dificuldades, o conselho não deixaria de cumprir sua missão. O grande tema do ano foi o Programa de Aquisição de Alimentos, o PAA, uma política nacional que deveria ao mesmo tempo beneficiar agricultores familiares e garantir comida para instituições sociais. A teoria era promissora, mas a prática se revelou cheia de tropeços. Produtos de baixa qualidade, falhas na logística, devolução de recursos ao governo federal e falta de técnicos agrícolas para acompanhar as entregas, mas em meio às críticas e frustrações, o COMSEAN manteve firme a intenção de não desistir do programa. As propostas foram analisadas, aprovadas e encaminhadas, como as da Cooperdotchi e da Cooperbam de Massaranduba, sempre com a esperança de que o PAA pudesse, de fato, cumprir seu papel de reduzir a insegurança alimentar. Outro assunto constante nas discussões eram os Restaurantes Populares. A gestão feita pela ASANJ dividia opiniões, havia quem visse no saldo financeiro acumulado um

sinal de cuidado e planejamento, enquanto outros lembravam que, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, esses restaurantes não deveriam gerar lucro. Os debates revelaram o dilema de equilibrar contas e ao mesmo tempo, garantir que o restaurante fosse um equipamento público acessível e justo. As sugestões iam desde a contratação de assistentes sociais até maior divulgação do serviço nos bairros, para que mais pessoas em vulnerabilidade pudessem usufruir do direito à alimentação. As reuniões também mostravam a preocupação do conselho em ampliar parcerias. Havia um esforço constante de aproximação com outros conselhos, como o de Alimentação Escolar e o de Saúde, além da Vigilância Sanitária e de universidades locais. O diálogo era visto como fundamental para dar maior visibilidade ao COMSEAN e integrar políticas públicas que, muitas vezes, funcionavam de forma fragmentada. Em um encontro importante com o secretário Bráulio Barbosa e sua equipe, conselheiros expuseram a angústia de não ver a segurança alimentar como prioridade de governo, pressionando pela criação de uma gerência específica e pela implantação da CAISAN, instância de articulação das políticas.

A CAISAN, aliás, foi uma das esperanças mais comentadas. Oficinas regionais reuniram conselheiros para discutir diretrizes e propor caminhos, ainda que sua criação tenha demorado mais do que se gostaria. A confirmação veio em novembro, a CAISAN municipal seria instalada em janeiro de 2015. Para o COMSEAN, era o sinal de que as lutas de meses finalmente começavam a gerar frutos. Enquanto isso, o calendário avançava e o mandato da gestão se aproximava do fim. Em outubro e novembro, o conselho organizou o processo eleitoral para escolher a nova composição que assumiria entre 2015 e 2017. Foram enviados convites às entidades, realizadas assembleias e garantida a participação da sociedade civil. A posse ficou marcada para 11 de dezembro de 2014, em clima de celebração, com a expectativa de continuidade e renovação. A nova diretoria, presidida por R. A. Peroni, herdava um conselho

que havia enfrentado um ano de intensas discussões, mas também de avanços significativos.

O balanço de 2014 é o retrato de um conselho que, apesar das limitações, não deixou de lutar. Entre as atas, ofícios e debates acalorados, transparece a dedicação de conselheiros que acreditavam no direito humano à alimentação e no poder do controle social. Um ano de embates e conquistas, de esperanças frustradas e de novos horizontes, no final, deixou a sensação de que a luta pela segurança alimentar em Joinville havia dado um passo importante, preparando terreno para o que viria nos anos seguintes.

Vozes que compuseram o conselho:

S. Rodrigues

S. A. Czarnobay

M. Schneider

T. de J. dos Passos

C. L. Petry

T. Urnau

L. Hirt

L. S. Mileo

R. A. Peroni

P. L. Viteritte

G. M. Teixeira

T. R. B. de S. Jacob

M. de L. P. Cardoso

F. M. de Oliveira

G. A. K. de Souza

M. F. L. Duprat

S. de Oliveira

M. A. P. Brito

H. R. S. Pereira

V. Poli

F. Jurgensen

V. Ponchiroll

R. A. Schiochet

D. C. de Souza

M. dos S. Silva

T. R. Lemke

F. Irgens

L. Ravanello

Em respeito à privacidade de cada pessoa e à LGPD, os nomes dos conselheiros foram abreviados, mas seu compromisso e dedicação permanecem inteiros nas páginas deste livro.

2015 - Infância em foco escolas, cantinas e a luta contra a obesidade

Ano de 2015 começou com um sopro de frescor, como abrir a janela e deixar o ar da manhã entrar. Foi assim que o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Joinville (COMSEAN) se organizaria novamente na reavaliação de todo o seu trabalho, renovando a garantia do direito mais básico de todos, "comer com dignidade". Em uma manhã de janeiro, as vozes não eram inaudíveis no auditório da Casa dos Conselhos. Oriundos de vários setores, sociedade civil, poder

público, atores sociais, agricultores, voluntários, cada um tinha sua própria história de vida para contar, mas compartilham uma preocupação, que era o alimento comum, uma necessidade, que chegasse à mesa daqueles que mais precisavam.

Com o clima caloroso, os ânimos elevados, com o retorno das atividades, e os sorrisos que todos podiam compartilhar, na presença dos amigos que haviam feito e na consciência de que aquele seria um ano que exigiria muito dos conselheiros. Porém, tinha um senso de esperança, como o presidente G. Cesare lembrou a todos que, além de um plano, é necessário um comitê ativo para fazê-lo acontecer. Os primeiros debates daquele ano rapidamente tocaram em questões sensíveis. Houve a chegada quase instantaneamente, de discussões sobre a alimentação nas cantinas escolares, de como a cultura escolar foi impactada, com crianças e jovens consumindo pratos que frequentemente contornavam a legislação estadual, e mais criticamente, os cuidados com a saúde. O COMSEAN carecia de uma lacuna, entre a teoria da legislação e a realidade prática do dia a dia, e o conselho precisava resolver.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), responsável por ligar agricultores familiares a instituições sociais, enfrentava atrasos ocasionais e burocracia. Havia também a determinação de perseverar, não deixar que a burocracia tomasse conta do direito humano à alimentação, não deixar que as estruturas burocráticas derrotassem o direito à alimentação, com tudo isso, surgiu uma nova promessa, a CAISAN. A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional, seria um espaço que após a implementação, reuniria secretários, conselheiros e gestores para formar soluções conjuntas. Isso foi um sopro de ar fresco, uma oportunidade de se unir para impulsionar, trabalhar em conjunto e dar vida a uma política que era movida por boas intenções.

Vozes que compuseram o conselho:

A. S. de Lima
C. Petry
E. A. Soethe
E. M. V. Machado
F. H. Mendes
G. C. da Silva
H. Martins
I. R. Crispim
J. Guimarães
J. da C. de Oliveira
L. Z. Becker
L. H. Rosa
M. de J. Serafim
M. dos S. da Silva
P. da Silva
P. L. Viteritte
R. A. Peroni
S. A. Czarnobay
S. Ribeiro
S. Fuck
T. Umau
T. R. Lemke
V. Poli
V. Vicente

V. Ponchirolli

Em respeito à privacidade de cada pessoa e à LGPD, os nomes dos conselheiros foram abreviados, mas seu compromisso e dedicação permanecem inteiros nas páginas deste livro.

2016 - Planejamento, Desafios e Mobilização Social

O ano de 2016 começou para o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Joinville (COMSEAN) com o desafio de dar continuidade a uma política pública jovem, mas cada vez mais necessária. Nas primeiras reuniões, do mês de janeiro, o clima foi de balanço e planejamento. Conselheiros e conselheiras se reuniram para olhar para trás, avaliar o que havia sido feito em 2015 e desenhar o que desejavam para o novo ano. O Restaurante Popular, o Banco de Alimentos e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) surgiram desde o início como temas centrais, carregando consigo tanto promessas quanto frustrações. Em fevereiro, duas reuniões marcaram o mês. A primeira, em caráter extraordinário, foi feita uma ampla avaliação das ações passadas. Visitas técnicas, parcerias, conferências, tudo foi colocado na balança. Na outra, reunião ordinária, consolidou-se o Plano de Ação de 2016, estruturado em dez eixos que iam desde a divulgação do Direito Humano à Alimentação Adequada até a promoção de hortas comunitárias. O sentimento era de que o Conselho tinha muito trabalho pela frente.

Março foi intenso, com a reunião extraordinária trouxe a posse de novos conselheiros e reorganizou as comissões internas. Na reunião ordinária, os debates ganharam calor em torno do Restaurante Popular I, com a obra arrastada por falhas de projeto e sucessivos atrasos, o que gerava impaciência. Até falou-se em acionar o Ministério Público, tamanho o descontentamento.

Abri e maio trouxeram discussões sobre convênios, prestação de contas e o atraso na entrega do Banco de Alimentos.

Em paralelo, crescia a cobrança por maior transparência da Secretaria de Assistência Social, especialmente no repasse de informações sobre entidades atendidas e recursos utilizados. Junho, a atenção se voltou para o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMsan). Muitos conselheiros lamentaram a baixa participação do COMSEAN na construção do documento, ressaltando a importância de o Conselho ocupar esse espaço de decisão.

O mês de julho foi mais inspirador. O SESC, agendou uma reunião em que duas apresentações emocionaram os participantes. De um lado, a Associação das Hortas Comunitárias, relatando o impacto social e até terapêutico de seus canteiros, e do outro, o programa Mesa Brasil/SESC, que coleta e distribui alimentos para entidades sociais. As histórias de voluntários e comunidades davam vida concreta ao que muitas vezes parecia apenas sigla ou estatística.

Em agosto, a pauta girou em torno da alimentação escolar. A secretaria de Educação mostrou a estrutura do programa municipal, destacando cardápios, cozinhas experimentais e a compra de alimentos da agricultura familiar. O COMSEAN atento, sugeriu maior articulação com o Conselho de Alimentação Escolar e reforçou a necessidade de acompanhar de perto essa política que impacta milhares de crianças.

Setembro trouxe à tona os números da própria Secretaria de Assistência Social. A conselheira Estefânia apresentou dados sobre refeições servidas, cestas básicas distribuídas e as dificuldades do PAA naquele ano, prejudicado pela burocracia que atrasou sua execução. As falas revelaram os avanços quanto a fragilidades, reforçaram a necessidade de planejamento mais antecipado. Em outubro, o destaque foi novamente o PAA, apresentando dados concretos de toneladas de alimentos adquiridos e distribuídos, beneficiando entidades e famílias. Mas também vieram as frustrações, o programa não conseguia

atingir os valores autorizados, e muitas hortas comunitárias ficaram de fora por não possuírem a documentação exigida.

Por fim, em novembro, a reta final do ano foi marcada por avaliações. Houve visitas a escolas denunciadas por venderem alimentos inadequados, debates sobre a reabertura do Restaurante Popular I e a preparação para a transição de gestão do Conselho. Suas falas de despedida reconheceram avanços, mas também pediram mais rigor no cumprimento de prazos e maior articulação com outras entidades e conselhos.

Vozes que compuseram o conselho:

E. A. Soethe

S. Ribeiro

A. Kruger

H. Martins

T. R. Lemke

J. Guimarães

J. D. dos Santos

V. Ponchirolli

T. Urnau

G. F. de Oliveira

A. Graper

P. R. de Freitas

P. L. Viteritte

S. A. Czarnobay

M. G. Ferreira

L. H. Rosa

A. S. de Lima

V. S. Vicente

S. Fuck

C. L. Petry

M. dos S. da Silva

M. de L. P. Cardoso

M. V. dos S. Kraemer

S. H. O. M. Figueiredo

Em respeito à privacidade de cada pessoa e à LGPD, os nomes dos conselheiros foram abreviados, mas seu compromisso e dedicação permanecem inteiros nas páginas deste livro.

2017 - O Ano da Construção Coletiva

O ano de 2017 foi intenso para o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Joinville. Mês após mês, o auditório da Casa dos Conselhos se enchia de vozes, opiniões e preocupações que, apesar de diferentes, convergiam em um mesmo objetivo, garantir o direito humano à alimentação adequada. Logo nos primeiros encontros, os conselheiros mergulharam em temas desafiadores. Prestações de contas da Fundação Padre Luiz Facchini, responsável pelas cozinhas comunitárias, geraram debates acalorados. A falta de carimbos, numeração em páginas e até alvarás sanitários. As ressalvas e abstenções eram grandes e o que prevalecia era a inquietação. Como aprovar relatórios sem a certeza de que o serviço cumpria plenamente seu papel social? Ainda assim, a vontade de não deixar as cozinhas fecharem falava mais alto. Outro tema recorrente foi o Banco de Alimentos, promessa antiga que insistia em não sair do papel. Problemas de estrutura, falhas em licitações e entraves burocráticos faziam com que a inauguração

fosse adiada sucessivamente. Alguns conselheiros lembravam, com certo pesar, que a discussão se arrastava desde 2007.

Mas nem só de dificuldades viveu o conselho, havia também momentos de esperança e construção coletiva. Um dos mais marcantes foi a elaboração e o lançamento do PLAMSAN 2017-2021, o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, com fruto de oficinas, debates e trabalho conjunto entre COMSEAN e CAISAN. O documento foi lançado em 16 de outubro, Dia Mundial da Alimentação, em um evento que reuniu conselheiros, autoridades e a comunidade. O sentimento era de conquista, Joinville tinha um plano estruturado para orientar suas ações no campo da segurança alimentar.

Os encontros também abriram espaço para reflexões mais amplas. Falou-se da importância da participação social, do fortalecimento das comissões internas e da necessidade de aproximar o conselho da comunidade. Houve debates sobre os desafios da agricultura familiar, da alimentação escolar e até sobre os direitos humanos, sempre com a convicção de que a fome não é um destino, mas resultado de escolhas sociais e políticas.

À medida que o ano se aproximava do fim, um balanço mostrava o fôlego do conselho: foram 12 reuniões ordinárias, 7 extraordinárias, dezenas de ofícios expedidos, visitas, denúncias e participações em eventos locais e estaduais. O calendário de 2018 foi aprovado com a promessa de continuidade, e a sensação era de que, apesar dos obstáculos, havia avançado a consciência coletiva de que alimentar bem a população é uma tarefa de todos.

Assim, 2017 encerrou-se com uma mistura de exaustão e entusiasmo, conselheiros estavam cientes que o caminho era longo, mas a cada reunião, parecer e debate ajudavam a escrever uma história maior, o de uma cidade que busca transformar o direito à alimentação em realidade cotidiana para todos.

Vozes que compuseram o conselho:

M. de L. P. Cardoso

S. Ribeiro

M. V. dos S. Kraemer

J. J. Tavares

J. Guimarães

G. P. Schroeder

H. Bade

V. de F. L. do Prado

J. D. dos Santos

F. M. de Oliveira

R. A. Dutra

P. Girardi

S. A. Czarnobay

É. D. de M. Rocha

T. Urnau

L. S. Mileo

M. S. Fenner

A. da S. Haidar

T. M. Crescêncio

L. V. Nunes

M. L. L. Sílveira

S. R. Serafim

R. S. Costa

P. R. de Freitas

E. A. Soethe

S. do C. L. Goedert

P. M. de Castilho

V.

L. R. Cardoso

S. Rodrigues

Em respeito à privacidade de cada pessoa e à LGPD, os nomes dos conselheiros foram abreviados, mas seu compromisso e dedicação permanecem inteiros nas páginas deste livro.

2018 - Da roça à mesa

O ano de 2018 foi intenso para o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Joinville (COMSEAN). Entre reuniões ordinárias e extraordinárias, debates, visitas e deliberações, a pauta central foi sempre a mesma, garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada e fortalecer a agricultura familiar como base para políticas públicas. Janeiro, os conselheiros discutiram a importância de capacitar agricultores e instituições para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), reafirmando que a parceria com entidades locais é essencial para que o programa funcione bem. Também se falou da assiduidade dos representantes e da necessidade de reforçar o compromisso institucional.

Nos meses seguintes, os encontros trouxeram novos desafios. Em fevereiro, a pauta incluiu o transporte dos alimentos do PAA, a situação do famoso “caminhão do peixe” que havia sido recolhido pelo governo federal e a necessidade de atualização da LOSAN, a lei municipal de segurança alimentar.

Em março, foi a vez de celebrar resultados. A prestação de contas do PAA de 2016 mostrou que dezenas de agricultores e milhares de pessoas haviam sido beneficiados com alimentos distribuídos em entidades socioassistenciais. Ao mesmo tempo, a portaria que autorizava a execução do PAA 2018 em Joinville já apontava um investimento de R\$ 300 mil.

Abril trouxe duas reuniões marcantes. A aprovação das contas do Fundo Municipal de Segurança Alimentar (FUMSEAN) e uma apresentação sobre o Centro POP, que acolhe pessoas em situação de rua e indígenas. Também foi aprovada a previsão orçamentária do Conselho para 2019 e definida a participação em eventos nacionais sobre agricultura e alimentação.

Maio foi movimentado. Na reunião extraordinária do dia 17, o Conselho aprovou oficialmente a Proposta do PAA 2018, reforçando o modelo de “compra com doação simultânea”, em que agricultores fornecem e instituições recebem alimentos frescos. Poucos dias depois, em nova reunião, a ACELBRA (Associação de Celíacos) apresentou as dificuldades de quem precisa viver sem glúten, revelando como o tema da segurança alimentar vai além da produção, alcançando também as condições de saúde e acesso da população. Naquele mesmo mês, Joinville se preparava para sediar o Seminário de Boas Práticas – Joinville 2030.

Junho, um tema delicado entrou em cena, a situação da Aldeia Piraí. Os representantes indígenas relataram as dificuldades para plantar, a falta de apoio institucional e a precariedade das condições de vida. O conselho encaminhou visitas técnicas e articulações com a FUNAI e o CONSEA de Araquari. Esse assunto voltaria em várias reuniões até o fim do ano, mostrando a necessidade de diálogo permanente entre culturas e políticas públicas. Julho e agosto aprofundaram essa discussão, o diagnóstico da aldeia revelou que o território disponível é alagado e ácido, inviabilizando o cultivo sem apoio

técnico. Mesmo assim, o desejo dos indígenas de plantar era claro, além de colher e viver de forma autônoma. O conselho também celebrou seus 15 anos de existência, relembrando conquistas e reafirmando seu papel na fiscalização e formulação de políticas de segurança alimentar.

Setembro trouxe a preparação para o Seminário Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, Zero Fome 2030. Realizado em outubro na Univille, foram dias de debates intensos sobre o Plano Municipal de SAN (PLANSAN), a educação alimentar e o combate ao desperdício. Na mesma época, o Conselho articulou a criação de um Banco de Alimentos em Joinville, pensado para processar produtos não comercializados e transformá-los em novos alimentos, evitando perdas.

Em novembro, a questão indígena voltou ao centro. Uma denúncia grave sobre a situação da Aldeia Pirá levou o Conselho a encaminhar ofícios à Prefeitura de Araquari, à Defensoria Pública e ao Disque 100, reforçando a gravidade da insegurança alimentar e da vulnerabilidade social vivida pelas famílias indígenas. No mesmo tempo, pesquisas realizadas nos Restaurantes Populares mostraram como esses espaços são fundamentais para a população em situação de insegurança alimentar.

O ano terminou em dezembro com a posse dos novos conselheiros para a gestão 2019–2021. Com os discursos e agradecimentos, ficou clara a continuidade da missão: inaugurar o Banco de Alimentos, fortalecer o PAA, ampliar o alcance das políticas públicas e garantir que a segurança alimentar seja tratada como um direito de todos, e não como um favor.

Assim, 2018 foi marcado por avanços, aprendizados e desafios. Mais do que números e resoluções, cada reunião foi um passo no esforço coletivo para que a mesa das famílias de Joinville esteja sempre farta, diversa e saudável.

Vozes que compuseram o conselho:

L. V. Nunes

E. Acordi

S. Ribeiro

A. C. B. da Cunha

S. do C. L. Goedert

H. Bade

F. M. de Oliveira

M. F. O. Palm

P. Girardi

S. A. Czarnobay

T. Urnau

T. M. Crescêncio

M. G. F. Kuntz

L. V. Nunes

T. M. dos S. Duarte

C. A. N. do Amaral

J. D. dos Santos

M. L. L. Silveira

P. R. de Freitas

J. Guimarães

L. S. Mileo

Em respeito à privacidade de cada pessoa e à LGPD, os nomes dos conselheiros foram abreviados, mas seu

compromisso e dedicação permanecem inteiros nas páginas deste livro.

2019 - Ano em que a Mesa se Fez Popular

Em 2019 foi marcado por debates intensos e avanços no conselho. Logo nos primeiros meses, os conselheiros se uniram para defender a permanência do CONSEA nacional, ameaçado pela medida provisória 870. A mobilização deu o tom de um ano voltado à garantia de direitos e ao fortalecimento das políticas públicas de alimentação. Ao longo das reuniões, um dos temas centrais foi a reestruturação dos Restaurantes Populares. Houve longas discussões sobre o café da manhã, que foi aprovado e passou a ser oferecido como alternativa de acolhimento e segurança alimentar, além da análise da viabilidade de servir também o jantar, o escalonamento dos valores, a crescente demanda por isenções e a necessidade de manter a sustentabilidade financeira dos restaurantes exigiram decisões cuidadosas e responsáveis. Os conselheiros sabiam que cada escolha impactava diretamente a vida de quem mais precisa. Outro ponto forte do ano foi a 2ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em setembro. O evento reuniu população, gestores e representantes de entidades, gerando um espaço rico de integração e debate. As propostas elaboradas no encontro foram levadas ao CONSEA Estadual, reforçando a voz de Joinville na construção das políticas de SAN. O clima da conferência foi de entusiasmo e pertencimento, marcado pela sensação de que todos, governo e sociedade civil, tinham lugar à mesa da discussão. A pauta da alimentação saudável também ganhou destaque com a apresentação de um projeto de lei para regulamentar a comercialização de produtos nas cantinas escolares.

Inspirado em legislações e materiais técnicos nacionais, o texto buscava incentivar escolhas mais saudáveis dentro do ambiente escolar, aproximando a educação alimentar das práticas

cotidianas. Paralelamente, o Conselho acompanhou de perto a execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), garantindo apoio tanto a agricultores familiares quanto a entidades sociais do município. Inclusão de novos produtores, a análise da logística de distribuição e a articulação com o Mesa Brasil/SESC foram pontos debatidos com seriedade e espírito colaborativo.

Os meses finais de 2019 trouxeram ainda a novidade do Programa Águas para Sempre, da Companhia Águas de Joinville. A iniciativa apresentada aos conselheiros, propunha remunerar agricultores que preservam áreas de mananciais, reforçando a relação entre a qualidade da água e a segurança alimentar. Entre uma reunião e outra, o COMSEAN também esteve presente em eventos da cidade, como a Rua do Lazer e ações ligadas ao Dia Mundial da Alimentação. Esses encontros com a comunidade deram visibilidade ao Conselho e mostraram, na prática, o compromisso com a promoção da segurança alimentar.

Vozes que compuseram o conselho:

L. V. Nunes

H. Bade

E. Acordi

T. M. dos S. Duarte

G. A. K. de Souza

H. Martins

S. do C. L. Goedert

L. H. Rosa

G. Ponzetto

G. F. de Oliveira

A. M. Hansen

*Semeando Direitos, Colhendo Avanços: A Jornada
do Conselho de Segurança Alimentar de Joinville*

T. Urnau
T. M. Crescêncio
M. L. da S. Lange
S. A. Czarnobay
M. G. F. Kuntz
J. D. dos Santos
P. Girardi
M. F. de Oliveira
V. de P. E. Vieira
C. L. Petry
J. C. Voos
C. A. N. do Amaral
L. S. Mileo
G. N. C. Kerber
C. T. Tavares
M. A. Zanettini
F. M. de Oliveira
G. A. de Oliveira
L. C. da Silveira
L. Ruviaro
S. Ribeiro
S. da Rosa
D. N. Chaves
V. Schultze

Em respeito à privacidade de cada pessoa e à LGPD, os nomes dos conselheiros foram abreviados, mas seu compromisso e dedicação permanecem inteiros nas páginas deste livro.

2020 - Quando a Fome Bateu à Porta do Mundo

O ano de 2020 deu início com suas pautas habituais, que era avaliar programas, organizar conferências, acompanhar relatórios de restaurantes populares, planejar seminários. Eram discussões de quem, ano após ano, sabia que segurança alimentar não é um tema de ocasião, mas uma luta permanente. Naquele janeiro abafado, ainda se respirava uma certa normalidade, falava-se em ajustar leis, em alinhar parcerias com universidades, em reforçar o papel dos agricultores familiares no fornecimento de alimentos para a rede municipal. Havia preocupação, mas também entusiasmo com o que poderia ser realizado.

Fevereiro seguiu nesse compasso, aprovação de pauta, relatórios de entidades, debates sobre o Programa de Aquisição de Alimentos. Sempre com a lembrança de que em Joinville, a fome não podia ser negligenciada.

Março, o vírus que parecia distante atravessou os oceanos e chegou ao país. De repente, as portas se fecharam, as escolas ficaram em silêncio, os restaurantes populares reduziram o movimento, e o conselho teve de se reinventar. As reuniões presenciais, tão cheias de abraços e cochichos nos intervalos, deram lugar a janelas digitais. Não havia tempo para lamentar, era preciso agir.

Em maio, já em plena rotina de encontros virtuais, uma reunião extraordinária marcou o ritmo do novo tempo. A presidente, com voz firme apesar da distância, lembrava a todos que a fome não esperava decretos. Era preciso aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano seguinte, assegurar recursos, manter viva a estrutura de proteção social.

Entre falas interrompidas por conexões instáveis e olhares cansados nas telas, surgiam novas demandas, cestas básicas específicas para pessoas com restrições alimentares, atenção redobrada aos celíacos, fortalecimento do Banco de Alimentos. Tudo soava urgente, porque era urgente.

As atas daquele período revelam um conselho pulsante, ainda que atravessado pelo medo. Os conselheiros discutiam a distribuição de kits escolares de alimentação, enfrentam a burocracia das licitações, cobravam transparência na gestão dos estoques. Havia relatos de alimentos vencidos que precisaram ser redirecionados, de agricultores desmotivados a participar de editais, de famílias que aguardavam com ansiedade cada entrega. O COMSEAN funcionava como uma espécie de radar que captava os problemas, media os ruídos e tentava, com o que tinha em mãos, alinhar soluções.

Julho trouxe novos ares, mesmo à distância, o conselho organizou um seminário sobre segurança alimentar em tempos de pandemia. Foi uma das primeiras experiências coletivas totalmente online, reunindo especialistas, representantes da sociedade civil e gestores. Falava-se de direito humano à alimentação como quem fala de ar essencial, inegociável, vital. Havia cansaço, mas também esperança de que a crise pudesse abrir espaço para inovações.

Nos meses de agosto, setembro e outubro, as discussões se expandiram. O Programa de Aquisição de Alimentos voltou a ser protagonista, agricultores familiares precisavam de incentivo, instituições aguardavam cestas, o SESC, por meio do Mesa Brasil, renovou seu compromisso de transporte e logística. Cada voto de aprovação no conselho era mais do que um rito burocrático, era uma garantia de que caminhões carregados de frutas, verduras e grãos chegariam às comunidades.

O ponto alto veio em outubro, no Dia Mundial da Alimentação. Mesmo em meio ao distanciamento social, conselheiros, estudantes e entidades se mobilizaram em pedágios solidários pela cidade. As barracas improvisadas, faixas, rádios comunitárias e redes sociais convocaram a população a doar alimentos in natura, respeitando o guia alimentar brasileiro. O resultado foi impressionante. Toneladas de alimentos arrecadados e distribuídos entre instituições e famílias em situação de vulnerabilidade. Havia alegria em partilhar, em ver que a solidariedade ainda se movia mesmo quando o medo tentava paralisar.

As últimas reuniões do ano foram marcadas por balanços e decisões de futuro. Discutiu-se a prorrogação de mandatos, aprovou-se o calendário de reuniões para 2021, analisaram-se contas e relatórios. Não era apenas burocracia, cada dado, prestação de contas, carregava consigo histórias de famílias atendidas, de agricultores incluídos de cozinhas que não ficaram vazias. Ao encerrar o ano, o COMSEAN já não era o mesmo de janeiro. Havia se tornado mais ágil, mais sensível às emergências, mais consciente de seu papel estratégico em tempos de crise. As atas, frias em sua forma, revelam em suas entrelinhas a força de um grupo que se recusou a cruzar os braços diante da fome.

O ano chegou ao fim, a história de 2020 no conselho é um capítulo marcado por medo e perdas, mas também por coragem e solidariedade. No coração dessa narrativa, permanece a lição que ecoa além das telas e relatórios, mas sim, alimentar é um ato de amor e resistência.

Vozes que compuseram o conselho:

L. V. Nunes

H. Bade

V. Poli

E. Acordi

*Semeando Direitos, Colhendo Avanços: A Jornada
do Conselho de Segurança Alimentar de Joinville*

C. L. Petry
T. M. dos S. Duarte
G. Ponzetto
G. A. K. de Souza
A. Luckow
A. M. Hansen
M. L. L. Silveira
S. A. Czarnobay
M. G. F. Kuntz
S. da Rosa
S. do C. L. Goedert
C. A. N. do Amaral
T. Urnau
L. S. Mileo
G. C. da Silva
L. H. Rosa
V. de P. E. Vieira
P. Girardi
D. N. Chaves
G. N. C. Kerber
R. G. da Silva
T. Dias
C. da Rocha
A. F. Estuqui

A. P. Schuchardt

G. F. de Oliveira

C. R. Gonçalves

Em respeito à privacidade de cada pessoa e à LGPD, os nomes dos conselheiros foram abreviados, mas seu compromisso e dedicação permanecem inteiros nas páginas deste livro.

2021 - Entre Reuniões e Resistência

O ano de 2021 começou com muitas incertezas. A pandemia ditava o ritmo da vida e o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Joinville (COMSEAN) encontrava-se diante de uma missão muito desafiadora. Uma delas era como garantir o direito à alimentação em um tempo de crise sanitária, social e econômica? Muitas reuniões, antes cheias de olhares e cumprimentos apertados, passaram a acontecer pelas telas do computador. Mesmo com toda a circunstância, a energia que movia os conselheiros não se deixou abalar. Nos primeiros encontros, um problema se impôs, os Restaurantes Populares. Referência no combate à fome, enfrentavam sérias dificuldades financeiras, os contratos defasados e repasses insuficientes ameaçavam o funcionamento das cozinhas que alimentavam tanta gente. O clima nas reuniões era de alerta, conselheiros relataram os números, faziam contas, mas também deixavam escapar a emoção. Sabiam que, por trás de cada prato de comida servido, havia um rosto, uma história, uma vida em espera. A decisão foi cobrar da prefeitura respostas rápidas e firmes, mas os Restaurantes não eram o único ponto de preocupação.

Com a chegada de março, outra preocupação. A denúncia sobre a falta de alimentos na merenda escolar trouxe à tona um drama recorrente. Nos primeiros meses do ano, por conta da demora nos processos de compra, as crianças ficavam sem a variedade necessária no prato. Professores e famílias, por vezes,

precisavam se organizar em doações improvisadas para que ninguém saísse de barriga vazia. O conselho, mais uma vez, não se calou. Ofícios foram enviados, reuniões com secretarias foram pedidas, o tema ganhou força nas discussões.

Abril marcou outro momento delicado, uma denúncia conjunta com o Conselho do Idoso revelou falhas graves em uma instituição de longa permanência. Idosos estavam sendo mal assistidos, sem acompanhamento nutricional adequado. A cena foi recebida com indignação, mas também com determinação. Formou-se uma comissão de investigação, deixando claro que a segurança alimentar não é apenas sobre quantidade, mas sobre dignidade.

Ao mesmo tempo, avançava uma pauta importante, a reforma da lei do próprio COMSEAN. Ampliar o número de conselheiros, fortalecer a participação da sociedade civil, garantir conferências periódicas com monitoramento constante. O debate foi intenso, mas o resultado foi celebrado como uma conquista coletiva, fruto da maturidade de anos de caminhada. Entre uma reunião e outra, surgiam também momentos de esperança, como o Pedágio Solidário, que mobilizou estudantes, instituições e cidadãos comuns em torno da arrecadação de alimentos. Era bonito ver a cidade se movendo em rede, cada um contribuindo um pouco para que as cestas chegassem a quem mais precisava. As campanhas se repetiram ao longo do ano e viraram símbolo da união entre sociedade e Conselho.

Junho, o fórum de eleição trouxe novos nomes e renovou os ânimos para a gestão 2021-2023. Pouco depois, em setembro, aconteceu a 2ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Pela primeira vez, a conferência contou com pré-encontros que ajudaram a mapear os problemas de forma mais detalhada. Agricultores, estudantes, lideranças comunitárias e representantes de órgãos públicos sentaram-se à mesa, ainda que virtualmente, para discutir como garantir soberania e dignidade

alimentar. Foi um marco de participação social e amadurecimento político.

Já o segundo semestre foi recheado de desafios. O conselho se posicionou contra medidas federais que, em sua avaliação, desmontaram conquistas históricas. Notas de repúdio foram redigidas, alianças com outros conselhos estaduais e nacionais foram reforçadas. Era a voz de Joinville ecoando em uma luta maior, a de manter vivo o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Ao mesmo tempo, iniciativas solidárias continuavam a florescer. Uma ação conjunta com o MST trouxe toneladas de alimentos para famílias em situação de vulnerabilidade. Era mais uma prova de que a força coletiva pode vencer barreiras e colocar comida na mesa de quem sente fome.

Chegando ao fim do ano, as discussões voltaram ao ponto inicial, os Restaurantes Populares. Contratos precisavam ser renovados, a gestão financeira exigia soluções criativas e a pressão aumentava. O futuro ainda era incerto, mas uma certeza permanecia, o COMSEAN não arredaria o pé de sua missão.

Assim se encerrou em 2021. Para o Conselho um ano de lutas, denúncias, conquistas e solidariedade. Um ano em que a fome bateu forte à porta, mas encontrou resistência na união de conselheiros, entidades e cidadãos. Entre telas de computador e ofícios, emergiu uma história que vai além da burocracia, a de homens e mulheres determinados a provar que comer é um direito, nunca um privilégio.

*Semeando Direitos, Colhendo Avanços: A Jornada
do Conselho de Segurança Alimentar de Joinville*

Vozes que compuseram o conselho:

L. V. Nunes

C. L. Petry

M. Schneider

F. Favaretto

S. do C. L. Goulart

G. F. de Oliveira

A. M. Hansen

T. Urnau

L. S. Mileo

A. S. Ramalho

M. L. L. Silveira

G. N. C. Kerber

S. A. Czarnobay

S. da Rosa

H. Bade

V. de P. E. Vieira

P. Girardi

D. N. Chaves

C. R. Gonçalves

A. P. Schuchardt

V. Cristofolini

L. F. P. Vissoto

E. Acordi

G. Ponzetto

C. B. da Rocha

J. Poffo

B. A. Moraes

A. Ranno

M. G. F. Kuntz

V. Schultz

C. T. Tavares

M. Macchioni

G. A. de Oliveira

S. M. Ribeiro

H. Martins

A. C. B. da Cunha

T. M. dos S. Duarte

L. H. Rosa

Em respeito à privacidade de cada pessoa e à LGPD, os nomes dos conselheiros foram abreviados, mas seu compromisso e dedicação permanecem inteiros nas páginas deste livro.

2022 - Renovando Esperanças e Fortalecendo Caminhos

Começou o ano de 2022 para o COMSEAN com expectativas renovadas. Janeiro, ainda no formato virtual imposto pela pandemia, os conselheiros se encontraram para discutir os rumos da segurança alimentar em Joinville. A presidente Luciene abriu a reunião com palavras de entusiasmo. Dizia que aquele seria o ano da Segurança Alimentar e Nutricional no município. A prestação de contas do Programa de Aquisição de Alimentos trouxe tanto conquistas quanto

desafios. O orgulho de ver agricultores e entidades beneficiadas, mas também a frustração com a burocracia que atrasa pagamentos e desanima produtores. Mas com algumas falas, percebia-se a preocupação com a agricultura familiar, que parecia crescer sem o devido apoio institucional. Apesar de tudo, o espírito coletivo se fortalecia, todos estavam unidos por causa de combater a fome.

Nos meses seguintes, as reuniões se sucederam, sempre carregadas de debates intensos. Em fevereiro, Cristiane Petry apresentou dados detalhados sobre os recursos aplicados no PAA. Os números impressionam, mas a pergunta que pairava era simples e dolorosa, como garantir a continuidade sem incentivos concretos? Foi nesse clima que surgiu a ideia de mobilizar outros conselhos e instâncias, para que o movimento ganhasse mais força.

Maio trouxe novos ventos, como a revisão do plano municipal de segurança alimentar. Os conselheiros retomaram a organização do Pedágio Solidário, uma ação que já se tornou tradição na cidade. Mais do que arrecadar alimentos, o evento simboliza a solidariedade de Joinville. Também surgiram novidades, a prefeitura lançaria um edital para substituir cestas básicas por cartões alimentação, decisão muito comemorada. Outros, porém, temeram que os valores não fossem suficientes diante da inflação. O debate se acendeu, mostrando como cada decisão tocava vidas reais.

O mês de junho iniciou com inquietações e insegurança, a Secretaria de Assistência Social cobrava do conselho informações sobre instituições ligadas à segurança alimentar, mas não havia um cadastro formal, pois Joinville seria pioneira em criar esse levantamento. Este desafio era grande e as perguntas eram simples, quais critérios usar? Quem deveria estar incluso? Os conselheiros mostraram preocupação, mas também a

disposição de avançar, então criou-se uma comissão temporária e todos se comprometeram a contribuir.

Quando setembro chegou, a atmosfera era de celebração. O Lançamento do PLAMSAN 2022-2025 coroava meses de trabalho coletivo, este plano construído a muitas mãos, reunia secretarias, universidades, organizações sociais e a sociedade civil. O evento na Câmara de Vereadores prometia ser um marco, mostrando que Joinville não apenas discutia a fome, mas também planejava soluções concretas para enfrentá-la.

Outubro e novembro trouxeram de volta um tema delicado, os Restaurantes Populares, as dificuldades financeiras da ASANJ, os critérios de isenção, os valores das refeições e as tensões no atendimento a pessoas em situação de rua dominaram os encontros. O debate foi longo, às vezes tenso, mas sempre necessário. Alguns defendiam isenções mais amplas, outros alertavam para os riscos de comprometer a sustentabilidade do serviço, mas no fim, chegou-se a um acordo. O novo escalonamento entraria em vigor em 2023, com prazo estendido para adaptação.

Enfim, o ano terminou com a sensação de que, apesar dos desafios, muito havia sido conquistado. O conselho havia se fortalecido, consolidado o PLAMSAN, ampliado ações como o Pedágio Solidário e buscado alternativas modernas para apoiar famílias em vulnerabilidade. As discussões foram intensas, mas revelaram um compromisso profundo com a causa da segurança alimentar.

*Semeando Direitos, Colhendo Avanços: A Jornada
do Conselho de Segurança Alimentar de Joinville*

Vozes que compuseram o conselho:

P. Girardi

L. V. Nunes

A. M. Hansen

S. A. Czarnobay

H. Bade

V. de P. E. Vieira

M. Schneider

K. T. B. da Silva

L. F. P. Vissoto

C. B. da Rocha

M. L. L. Silveira

R. da C. Ribeiro

A. S. Ramalho

G. N. C. Kerber

M. A. Zanettini

A. P. Schuchardt

S. M. Coleraus

L. S. Mileo

F. Favareto

S. da Rosa

A. C. Exterkoetter

A. M. C. Pelegrini

M. G. F. Kuntz

A. de Bittencourt

M. Dominoni

J. Poffo Sans

C. L. Petry

B. da C. Pereira

V. T. Alves

É. A. R. dos Santos

Em respeito à privacidade de cada pessoa e à LGPD, os nomes dos conselheiros foram abreviados, mas seu compromisso e dedicação permanecem inteiros nas páginas deste livro.

2023 - Entre Pratos e Direitos, a Luta pela Dignidade Alimentar

Em 2023, a cidade de Joinville foi palco de muitas vozes reunidas em torno de uma causa comum: a segurança alimentar. Em janeiro, quando os conselheiros do COMSEAN ocuparam suas cadeiras na Casa dos Conselhos, pairava no ar a sensação de responsabilidade. Foi falado de Restaurante Popular, da composição das comissões e de como seria o trabalho daquele ano. Não eram apenas pautas administrativas, eram decisões que, de forma silenciosa, tocavam diretamente a vida de quem tinha fome e de quem lutava para não deixar a fome vencer. Os primeiros meses foram marcados por intensos debates. Em fevereiro, discutiu-se a distribuição de cestas básicas enviadas pelo Governo Federal, sendo que cada pacote de alimento parecia carregar um dilema, de como garantir que chegasse às mãos certas? Como organizar o sistema sem deixar ninguém de fora? Havia também a preparação para conferências e encontros maiores, espaços onde o conselho queria ecoar a voz da comunidade. Era como se cada reunião fosse um ensaio para algo mais amplo, mais profundo.

Então chegou março e trouxe relatos que marcaram profundamente os conselheiros. As filas no Restaurante Popular eram longas, havia queixas de pessoas que saíam de lá ainda com fome, e dificuldades para idosos ou pessoas com mobilidade reduzida para se recadastrar. As sugestões surgiram, permitir repetição de arroz e feijão, autorizar que os usuários levassem marmitas, descentralizar os cadastros para os CRAS. Tudo isso para que a refeição fosse mais que um prato, fosse respeito. Na mesma época, uma visita à Casa de Repouso Nova Jerusalém revelou uma realidade dura. Geladeiras quase vazias, poucos quilos de frango mal armazenados, idosos em um ambiente precário, o cheiro, a escuridão, a falta de alimentos adequados ficaram gravados na memória dos presentes. Aquela situação lembava ao conselho que seu papel ia muito além de escrever atas, era necessário vigiar, fiscalizar, denunciar.

Abril chegou com ares de preparação. Hora de olhar para o futuro, formar a comissão eleitoral para a nova gestão e organizar a 3^a Conferência Municipal de Segurança Alimentar. em cada fala crescia a percepção de que a comida não era apenas uma necessidade, mas também um direito que precisava ser defendido com método e união.

Em maio trouxe à voz das comunidades do Morro do Meio, onde famílias pediam apoio em meio a denúncias e dificuldades. O conselho respondia com ofícios e planejamentos, mas também com a escuta, o gesto mais humano que podiam oferecer naquele momento.

Junho foi especial, o fórum de eleição reuniu representantes da sociedade civil para definir quem ocuparia as cadeiras do COMSEAN. Na nova gestão, associações, universidades, movimentos sociais, comunidades tradicionais, cada um trazia sua bandeira, seu pedaço da cidade. No final, novos nomes foram escolhidos, e o conselho se tornou, mais do que nunca, um mosaico da diversidade joinvilense, retrato de

uma cidade plural tentando decidir, coletivamente, o destino de sua alimentação.

Os meses seguintes foram de transição. Agosto, discutiu-se a Lei Orçamentária Anual e prepararam-se os detalhes da conferência municipal. Setembro, por sua vez, trouxe mudanças profundas. Em uma reunião extraordinária, tratou-se da participação na Conferência Estadual, e no fim do mês aconteceu a eleição da nova mesa diretora. Foi um momento solene, Heloísa Bade, que havia conduzido a gestão anterior, entregou a presidência a Otanir Mattiola. O conselho não era mais o mesmo, mas continuava carregando as mesmas urgências.

Outubro foi intenso. Banco de Alimentos estava em reforma, após danos na estrutura, falava-se em reabertura no primeiro semestre de 2024. Também se discutiu a Semana Lixo Zero, além da polêmica terceirização da merenda escolar. Filas enormes, queixas de pais e incertezas sobre a qualidade da comida servida aos alunos. Técnicos tentavam tranquilizar, garantiam que não havia limite para repetições e que ajustes estavam em andamento. Ainda assim, a desconfiança permanecia, era a comida das crianças em jogo, ninguém queria arriscar. Nesse mesmo mês, debates sobre denúncias de atendimento discriminatório em restaurantes populares mostraram que a luta contra a fome também era uma luta contra a exclusão e a desigualdade.

Novembro trouxe um respiro, mas também novos embates. Capacitações para 2024 foram planejadas, com temas como hortas urbanas e alimentos sem agrotóxicos. O conselho avaliou as respostas das secretarias às moções enviadas e compartilhou as experiências da Conferência Estadual, onde Joinville foi vista como referência. Mas também houve indignação a revogação de uma portaria que restringia frituras em escolas, o que gerou moção de repúdio, unânime. O recado era claro, não adiantava falar de alimentação saudável durante a semana e liberar refrigerantes e frituras nos fins de semana. À

medida que dezembro chegava, às reuniões ganhavam tom de encerramento. Ofícios, convites para seminários e informes sobre conferências, mas também havia espaço para confraternização. O conselho se preparava para encerrar o ano em clima de união, sem esquecer o peso do que havia vivido. Nas últimas conversas misturavam burocracia, afeto, contratos dos Restaurantes Populares, convites para encontros de agroecologia, e o anúncio de uma confraternização natalina que simbolizava, mais que tudo, a força coletiva que se manteve firme durante o ano.

E assim, terminou 2023, como começou, com gente reunida em torno de uma mesa, falando de comida e de dignidade. O COMSEAN viveu meses de debates acalorados, denúncias chocantes, vitórias silenciosas e escolhas marcantes, o que estava em jogo nunca foi apenas um cardápio ou um orçamento, mas sim, o direito de cada pessoa a sentar-se diante de um prato e se alimentar com justiça. Em cada ata registrada, escondia-se uma história humana, e em cada reunião ecoava a certeza de que lutar contra a fome é, também, lutar pela vida.

Vozes que compuseram o conselho:

P. Girardi

C. L. Petry

L. Ruviaro

L. Hirt Rosa

C. M. F. H. Baruki

T. M. dos S. Duarte

S. R. Ferreira

J. C. de Souza

S. do C. L. Goedert

M. L. L. Silveira
A. de Bittencourt
M. P. A. Zanettini
M. E. Ferminiano
E. L. Hansen
V. T. Alves
O. J. da Rosa Júnior
E. Gonçalves
A. M. Hansen
A. C. Exterkoetter
H. Bade
A. Nering
O. Mattiola
N. C. Palma
B. da C. P. da Silva
É. A. R. dos S. Almeida
R. C. de Oliveira
G. B. Feltrin
B. G. de Mello
N. Jahn
S. dos S. Toriani
S. S. de B. S. Mastroeni
M. C. F. Garcia
M. F. L. B. Duprat

C. M. P. da Luz

V. Daufemback

L. C. da S.

Em respeito à privacidade de cada pessoa e à LGPD, os nomes dos conselheiros foram abreviados, mas seu compromisso e dedicação permanecem inteiros nas páginas deste livro.

2024 - Um Ano de Semear Direitos

O ano de 2024 começou com ares de renovação para o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Joinville. Na Casa dos Conselhos, onde tantas discussões já haviam ecoado, as cadeiras se encheram novamente de vozes que, juntas, tinham uma missão, garantir o direito humano à alimentação adequada.

Logo em fevereiro, a pauta girava em torno de um panorama amplo da insegurança alimentar. Conselheiros ouviram com atenção os dados apresentados, que mostram tanto avanços quanto os desafios que ainda persistem na cidade. Ficou claro que, além de números, estavam lidando com vidas, famílias em vulnerabilidade, crianças e idosos que dependiam diretamente das políticas públicas. Então surgiram debates sobre hortas comunitárias, programas de aquisição de alimentos e, principalmente, sobre como unir forças para transformar estatísticas em dignidade.

Em março, o clima foi de aprendizado. Uma procuradora do município esteve presente para falar sobre a lei que instituiu o COMSEAN, e esclarecer as atribuições do conselho. Houve dúvidas, contrapontos, mas também a certeza de que o caráter fiscalizador e deliberativo deveria ser fortalecido. Na mesma reunião, discutiu-se a importância de dar visibilidade ao conselho em eventos externos, como a Semana Acadêmica de Nutrição da

Univille, onde representantes se dispuseram a apresentar à comunidade o trabalho realizado.

Abril trouxe uma atmosfera de tomada de decisão. As discussões sobre o cadastramento de entidades que poderiam se vincular ao conselho mostraram a importância de ampliar a rede de participação. Ao mesmo tempo, a fiscalização dos Restaurantes Populares entrou em pauta. Mais do que prédios e contratos, tratava-se de fiscalizar a comida no prato de quem mais precisa, de assegurar que qualidade e dignidade estivessem presentes em cada refeição servida.

Nos meses seguintes, a narrativa do conselho se entrelaçou com a realidade das ruas. Junho e julho foram marcados por apresentações da Secretaria de Assistência Social sobre os benefícios eventuais e a vulnerabilidade das famílias. Os conselheiros ouviram relatos sobre como crianças, idosos e famílias inteiras dependiam do apoio, e também perceberam as lacunas. Faltava monitoramento, faltava articulação, e sobretudo, faltava fôlego para acompanhar cada caso. Mesmo assim, as sementes de novas parcerias e resoluções foram lançadas.

Agosto entrou e trouxe um tema de grande impacto, a apresentação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Banco de Alimentos. Entre números e detalhes de operacionalização, ficou evidente a força dessa política para conectar agricultores locais a instituições sociais. Era uma engrenagem delicada, de um lado, produtores que encontravam renda e reconhecimento, de outro, famílias que recebiam alimentos frescos. Esse entusiasmo, no entanto, se misturava com preocupações sobre recursos orçamentários reduzidos e a necessidade de maior fiscalização.

Setembro e outubro marcaram uma virada, discussões sobre o Fundo Municipal de Segurança Alimentar (FUMSEAN) evidenciaram o quanto os recursos eram subutilizados, gerando indignação em alguns conselheiros. Em paralelo, o Banco de

Alimentos, agora fortalecido pela parceria com o SESC Mesa Brasil, começava a dar passos firmes, mostrando-se um pilar para enfrentar o desperdício e a fome. Outubro também trouxe de volta Otanir Mattiola à presidência, após seu afastamento para concorrer a cargo eletivo. Sua fala de gratidão à vice-presidente Heloísa, que o havia substituído, demonstrou o espírito de continuidade que sustentava o conselho.

As reuniões finais do ano foram intensas, houve debates sobre o Regimento Interno, ajustes na Resolução sobre os Restaurantes Populares e até denúncias sobre a qualidade da alimentação no presídio de Joinville, que despertaram atenção e prometeram novas ações conjuntas com outros conselhos. As falas eram fortes, às vezes críticas, mas sempre carregadas de propósito, ninguém queria deixar que a pauta da fome fosse negligenciada.

Então, assim, 2024 terminou, com a sensação de que o COMSEAN havia se consolidado como espaço de vigilância, de luta e de esperança. Não foi um ano fácil, houve tensões, divergências e até frustrações, mas também foi um ano de aprendizado coletivo. Cada ata registrada se transformou em capítulo vivo de uma história maior, de uma cidade que, em meio a suas contradições, não desiste de acreditar que a segurança alimentar é um direito de todos.

Vozes que compuseram o conselho:

P. Girardi

R. R. Duvoisin

S. R. Ferreira

M. L. L. Silveira

C. L. Petry

N. I. Medeiros

L. Ruviaro
M. Schneider
C. T. Tavares
V. S. Miranda
H. Bade
A. M. Hansen
E. L. Hansen
E. Gonçalves
O. J. da Rosa Júnior
R. C. de Oliveira
C. M. P. da Luz
B. da C. Pereira
M. E. Ferminiano
S. S. de B. Mastroeni
T. M. dos S. Duarte
A. de Bittencourt
R. Rodrigues
G. B. Feltrin
É. A. R. dos S.
N. C. Palma
O. Mattiola
N. Jahn
V. Schultze
L. P. P. Pontes

V. S. Vicente

C. E. P. de Oliveira

F. S. Santana

A. A. de Andrade

Em respeito à privacidade de cada pessoa e à LGPD, os nomes dos conselheiros foram abreviados, mas seu compromisso e dedicação permanecem inteiros nas páginas deste livro.

2025 - Construindo Políticas, Protegendo Pratos

Em 2025, a Casa dos Conselhos de Joinville, retornou com os recebimentos dos integrantes do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Em fevereiro, em manhã clara, se reuniram os representantes da sociedade civil e do poder público, cada conselheiro trazendo consigo o compromisso de proteger o direito humano à alimentação. À frente de tudo, o presidente Otanir Mattiola abriu os trabalhos, agradecendo a presença de todos. Em seguida iniciou a reunião, com mergulhos em temas que revelavam a complexidade da missão do conselho, afirmando a sua importância. Houve a presença da diretora da Secretaria de Assistência Social, Valquíria, que trouxe um recado de serenidade, os contratos com o Instituto AMINC, responsável pela gestão dos Restaurantes Populares, estavam em plena conformidade, auditados por comissões e fiscalizados com rigor.

Os técnicos detalharam o ciclo de contas, relatórios mensais e indicadores, mostrando que o serviço cumpria o papel de servir refeições acessíveis a quem mais precisava. Com a voz de Patricia Girardi, ela completou o quadro com novidades sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), mostrando como os recursos estavam sendo usados até o limite, fortalecendo agricultores familiares e abastecendo as mesas das instituições

sociais. Um início de ano que apontava para grandes desafios, mas também para uma clara disposição de enfrentá-los.

Nos meses seguintes, a rotina do conselho foi tecendo novos episódios, como em abril, os conselheiros voltaram a se reunir e sentiram o peso da ausência dos representantes do AMINC, que não compareceram para prestar contas. Com isso, precisou de uma decisão, a de reagendar, com maior tempo destinado e documentos enviados antecipadamente.

Mas o conselho precisava tomar algumas decisões, como aprovar o edital de eleição dos representantes da sociedade civil para o próximo biênio, recompondo também sua mesa diretora. Teve também a criação da comissão organizadora da 4^a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional que deu o tom de futuro, ainda que a conferência nacional não estivesse prevista, Joinville cumpriria sua obrigação local, debatendo escassez, abundância e políticas de justiça alimentar.

Entre os convites, notificações e relatórios que chegavam ao conselho, um caso simbólico se destacou, uma instituição havia sido prejudicada por erro de comunicação e ficará de fora do PAA. Com o senso de equidade, os conselheiros aprovaram sua inclusão retroativa, evitando que o equívoco se transformasse em injustiça. Em maio, a voz finalmente foi dada ao Instituto AMINC, que apresentou a prestação de contas de meses inteiros de funcionamento dos Restaurantes Populares. Rodrigo, Juliano e Priscila relataram não apenas números, mas também histórias, contaram sobre a falsificação de tickets, descoberta em setembro do ano anterior, e as medidas criadas para coibir a fraude. Falaram das oficinas educativas oferecidas regularmente, sobre saúde, aproveitamento de alimentos e descarte correto de resíduos, todas voltadas para a população usuária. Relataram também queixas, elogios recebidos, e a dificuldade de obter avaliações representativas. Com orgulho, anunciaram a reinauguração iminente da cozinha experimental do Bucarein, um espaço vandalizado anos antes e agora recuperado.

Neste mesmo encontro, o conselho também discutiu visitas feitas a hospitais, analisando práticas de alimentação de pacientes com necessidades especiais de alimentação, como alergias e intolerâncias alimentares. Também refletiu sobre o papel do Banco de Alimentos, lembrando que a solidariedade precisava ser mais bem organizada para evitar desperdícios.

Junho trouxe consigo o tema do planejamento, na sua pauta estavam o Plano Plurianual 2026-2029 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026, apresentados pelo servidor V. Michels. Com explicações sobre fundos e limitações legais, ficou claro que o conselho contava com recursos garantidos, especialmente em anos de conferência. Houve ainda a convocação da 4^a Conferência Municipal, confirmada para outubro, com o provocativo tema “Entre Abundância e Escassez, Desafios da Segurança Alimentar nos Pântanos e Desertos Alimentares em Joinville”. Muito mais do que uma reunião, aquele encontro foi o prenúncio de debates profundos sobre a desigualdade alimentar dentro da própria cidade. P. Giliard, incansável, trouxe informes sobre os diferentes braços do PAA municipal, já finalizado com plena execução dos recursos, o PAA Conab, em andamento com a Cooperdotchi e o PAA Indígena, ainda em fase de habilitação.

Julho iniciou com trabalhos intensos. A vice-presidente Heloísa conduziu a reunião diante da ausência justificada do presidente, o encontro abriu espaço para a representante do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, que convidou o COMSEAN a colaborar na criação de uma cartilha de apoio às instituições de longa permanência. Novamente, P. Girardi destacou o protagonismo de Joinville, município fora um dos poucos a executar integralmente os recursos do PAA municipal, recebendo elogios inclusive do Ministério do Desenvolvimento Social. Além disso, o PAA Indígena avançava em seus trâmites, e o PAA Conab, em execução, contava até com a visita da

superintendência nacional da Conab em uma das entregas. Outro marco foi a apresentação do III Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN), documento construído a várias mãos, que agora entraria em consulta pública para que a população também pudesse opinar. Este foi o fruto das conferências passadas, de encontros da estratégia Alimenta Cidades e de metas nacionais. O plano desenha o futuro das políticas alimentares de Joinville. Ao final, apresentou-se ainda o Prêmio Brasil Sem Fome, um reconhecimento nacional às cidades que demonstram boas práticas, Joinville por sua vez, fez a sua histórica de execução plena e pelas articulações promovidas pelo conselho, surgiu naturalmente como candidata ao destaque.

Com isso, entre fevereiro e julho de 2025, o COMSEAN construiu uma narrativa marcada pela vigilância sobre os contratos, pelo compromisso com programas de aquisição de alimentos, pela organização da conferência municipal e pela elaboração de um plano de longo prazo e mais do que atas, daqueles encontros revelaram a força de uma comunidade que não se limitava a números ou a relatórios técnicos. A cada decisão, pulsava a certeza de que garantir comida no prato era também garantir dignidade, e a história que se escrevia nas salas da Casa dos Conselhos era, no fundo, a história de Joinville cuidando de sua gente.

Para finalizar o ano de 2025 com a chave de ouro, Joinville recebeu indicação para o Prêmio Brasil Sem fome, o compromisso foi reconhecido nacionalmente em outubro de 2025, ficando entre os cinco municípios brasileiros finalistas na categoria “Bom funcionamento das instâncias do SISAN” no resultado preliminar. Mais uma vez Joinville escrevendo sua história com um marco que simboliza a união entre governo e sociedade civil, a força do trabalho coletivo e o amor por uma cidade que acredita na justiça alimentar. Com orgulho, emoção e muito amor, Joinville mostra ao Brasil que alimentar é um ato de amor, gestão e cidadania e que cada decisão tomada no

Semeando Direitos, Colhendo Avanços: A Jornada do Conselho de Segurança Alimentar de Joinville

COMSEAN é também um gesto de cuidado com o futuro de todos.



(joinville.sc.gov.br)

Vozes que compuseram o conselho:

P. Girardi

R. R. Duvoisin

L. Ruviaro

C. M. F. H. Baruki

M. Schneider

S. R. Ferreira

S. C. L. Goedert

T. R. Lemke

L. H. Rosa

C. E. P. de Oliveira

M. E. Ferminiano

A. M. Hansen

E. L. Hansen
O. J. da Rosa Júnior
A. A. de Andrade
S. S. de B. Mastroeni
R. C. de Oliveira
H. Bade
O. Mattiola
U. A. Duarte
E. D. Anton
V. S. Vicente
É. A. R. dos S.

Em respeito à privacidade de cada pessoa e à LGPD, os nomes dos conselheiros foram abreviados, mas seu compromisso e dedicação permanecem inteiros nas páginas deste livro.

5. ECOS DE QUEM CONSTRÓI A SEGURANÇA ALIMENTAR

Parte integrante da metodologia deste trabalho, a pesquisa realizada com os conselheiros trouxe consigo ecos da voz daqueles que, ao longo dos anos, construíram a trajetória do COMSEAN. Embora o número de respostas tenha sido modesto, cada contribuição revelou facetas importantes da vida do Conselho, como pequenas luzes que iluminam caminhos pouco explorados.

Cada palavra que se segue carrega a experiência, o compromisso e a paixão de quem dedica tempo e vida à causa da segurança alimentar em Joinville. São vozes que refletem desafios enfrentados, conquistas silenciosas e a esperança de transformar políticas em dignidade.

Estas falas não são meros depoimentos. São fragmentos de histórias, olhares atentos sobre o que significa garantir alimento, justiça e cuidado. Aqui, os conselheiros se revelam não apenas como participantes de um conselho, mas como guardiões da vida cotidiana de muitas famílias, como defensores de direitos que se materializam em cada prato servido, em cada lei aprovada, em cada ação concretizada.

Ao ler estas palavras, mergulhamos na percepção de quem vive, sente e constrói a segurança alimentar, revelando a essência do COMSEAN através de seus próprios protagonistas.

“O COMSEAN não é apenas um conselho. É um espaço onde a sociedade civil encontra sua voz, onde a participação democrática se traduz em ação concreta, e onde a segurança alimentar se torna um direito vivido e sentido. Para muitos conselheiros, cada reunião foi uma escola — sobre segurança

alimentar, sobre direitos humanos à alimentação adequada, sobre políticas públicas que impactam vidas.”

Ecos do Conselheiro 1

“A segurança alimentar e nutricional, dizem, é essencial. Necessária para a qualidade de vida de todos, no campo e na cidade. O COMSEAN surge, então, como fundamento, como guardião de um pacto silencioso entre cidadãos e governo, lembrando que alimento é dignidade e que a vida se mede também pelo que chega ao prato.”

Ecos do Conselheiro 2

“A força do COMSEAN já se reflete em conquistas históricas: uma lei municipal em 2003, antes mesmo da lei federal de 2006, mostrando que Joinville soube, cedo, reconhecer a importância de assegurar alimento, justiça e cuidado à sua população.”

Ecos do Conselheiro 3

“Para a comunidade, o conselho é farol. Colabora na aprovação de leis, fiscaliza, garante a execução das políticas, alicerça a população quanto aos direitos que lhe são devidos. E, quando não está dentro do sistema, mantém-se vigilante, lembrando a todos que a luta pela alimentação adequada é diária, humana e urgente.”

Ecos do Conselheiro 4

“Estar no COMSEAN é mergulhar nas discussões das políticas públicas, é promover o olhar atento sobre a alimentação saudável, é compreender que, mesmo diante de limitações, cada ação, cada decisão, cada debate, tem o poder de transformar vidas.”

Ecos do Conselheiro 5

“Ser conselheiro já é uma grande missão, mas especialmente sendo nutricionista é uma grande oportunidade de tecer a teia do SISAN e contribuir na garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Todas as demandas do COMSEAN são intrínsecas à construção da Política Pública de SAN. Neste sentido, sendo nutricionista um dos principais atores é importante que entenda e exerça seu papel.”

Ecos do Conselheiro 6

“No fundo, os conselheiros sabem: o COMSEAN é mais que um espaço de deliberação. É um pacto de cuidado, um espaço de aprendizado, um ato de esperança que ecoa em cada prato servido, em cada política implementada, em cada cidadão que encontra na cidade não apenas alimento, mas dignidade.”

Nesse sentido, as escritoras que transcrevem estes ecos lembram que há algo de extraordinário em quem se dedica ao bem coletivo sem esperar retorno imediato. No COMSEAN, a presença de pessoas que se importam profundamente com a vida do outro transforma simples reuniões em atos de humanidade. São mãos que se estendem, olhares que enxergam além das estatísticas, corações que sentem a fome e a sede de justiça.

Ter essas pessoas no conselho é garantir que a segurança alimentar não seja apenas uma política, mas uma missão vivida. Cada decisão tomada, cada debate travado, cada relatório analisado carrega a marca da empatia e da responsabilidade com quem mais precisa. É a certeza de que, por trás de leis e programas, há gente que se importa, e é essa preocupação sincera que move o COMSEAN, fazendo da cidade um espaço onde a dignidade se torna visível em cada prato servido.

EPÍLOGO

A história do COMSEAN é a história de uma cidade que escolheu cuidar de sua gente. Entre reuniões, debates e decisões, conselheiros, técnicos e instituições construíram pontes entre políticas públicas e vidas reais, transformando planos e relatórios em dignidade e alimento no prato de quem mais precisa.

Cada ato, cada projeto, cada esforço coletivo mostrou que a segurança alimentar não é apenas um direito, mas um compromisso diário com justiça, solidariedade e esperança. Este livro registra essa trajetória, lembrando que, por trás de cada decisão, há pessoas que acreditam que a fome pode ser enfrentada com coragem, união e cuidado.

Que essas páginas inspirem novas mãos a seguir cuidando, planejando e nutrindo não apenas corpos, mas sonhos e cidadania.

Agradecemos profundamente a todos os conselheiros, cujo comprometimento, dedicação e paixão pela segurança alimentar e nutricional tornaram possível cada conquista acompanhada neste livro, que relata a trajetória do COMSEAN até meados do final de 2025.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Odaleia Barbosa de; PADRÃO, Susana Moreira. **Direito humano à alimentação adequada: fome, desigualdade e pobreza como obstáculos para garantir direitos sociais.** Serviço Social & Sociedade, n. 143, p. 121–139, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/7GNQn7tYqWL6wYZncbLRnSN/#>. Acesso em: 4 out. 2024.

BARROS, Dayane de Melo; et al. **A atuação e importância do nutricionista no âmbito da saúde pública/Nutritionist's role and importance in public health.** Brazilian Journal of Development, [S. l.], v. 5, n. 10, p. 17715–17728, 2019. DOI: 10.34117/bjdv5n10-042. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/3598>. Acesso em: 4 out. 2024.

BRAND, Ulrich; WISSEN, Markus. **Modo de vida imperial: sobre a exploração dos seres humanos e da natureza no capitalismo global.** São Paulo: Elefante, 2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010.** Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. [S. l.], 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm. Acesso em: 2 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, p. 1, 18 set. 2006.

BRASIL. **Mapa da Fome da ONU: insegurança alimentar severa cai 85% no Brasil em 2023.** Secretaria de

Comunicação Social, 2023. Disponível em: <https://gov.br/comunicacao/>. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2013. p. 11-14.

BURITY, Valéria Torres Amaral; FRANCESCHINI, Thaís Maria Araújo; GONZÁLEZ, Juan Carlos Morales; VALENTE, Flavio Luiz Schieck. **Direito humano à Alimentação e Nutrição Adequadas.** In: BEZERRA, Ilda; CASSARINO, Juan Pablo. (orgs.). Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe. Curitiba: Editora UFPR, 2015. p. 69-92.

CERVATO-MANCUSO, Ana Maria; FIORE, Elisabetta Gioconda; REDOLFI, Sílvia Cristina Sarti. **Guia de Segurança Alimentar e Nutricional.** Barueri: Manole, 2015. E-book. ISBN 9788520448816. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520448816>. Acesso em: 2 out. 2024.

CFN, Conselho Federal de Nutrição. **O nutricionista e as políticas públicas.** Revista da Associação Brasileira de Nutrição – RASBRAN, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 86–88, 2013. Disponível em: <https://www.rasbran.com.br/rasbran/article/view/12>. Acesso em: 29 out. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CONSEA. Relatório Final 3^a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: por um desenvolvimento sustentável com soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Fortaleza: Consea, 2007.

FERRAZ, Mariana de Araujo. Direito humano à alimentação e sustentabilidade no sistema alimentar. São Paulo: Paulinas, 2017.

FONTOLAN, Maria Vitória; LIMA, Romilda de Souza; CAPELLARI, Marta Botti. **A construção do Direito Humano à Alimentação Adequada.** Medellín, v. 20, n. 43, p. 549-570, 2021. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-25302021000300549&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 5 nov. 2024.

GOVERNO DE SANTA CATARINA. CONSEA, 2016. **Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de SC – CONSEA/SC.** Disponível em: <https://www.sas.sc.gov.br/index.php/conselhos/consea>. Acesso em: 9 out. 2024.

GUERRA, Lúcia Dias da Silva. Comida de verdade para todos: desafios para a efetivação do direito humano à alimentação adequada no cenário de crises no Brasil. *Saúde e Sociedade*, v. 31, n. 2, p. e210370pt, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **10,3 milhões de pessoas moram em domicílios com insegurança alimentar grave.** Agência de Notícias IBGE, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Busca.** Disponível em: <https://ibge.gov.br>. Acesso em: 15 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divulgação anual.** Disponível em: <https://ibge.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2024.

JOINVILLE. **Lei nº 7306, de 24 de outubro de 2012.** Dispõe sobre a Política, sobre o Plano Municipal de Segurança

Alimentar e Nutricional, sobre o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Âmbito do Município de Joinville e Cria os Componentes Municipais do SISAN e Dá Outras Providências. Joinville – SC, Prefeitura Municipal, 2012.

LAVALLE, Adrián Gurza; VOIGT, Jessica; SERAFIM, Lizandra. O que fazem os conselhos e quando o fazem? Padrões decisórios e o debate dos efeitos das instituições participativas. *Dados*, v. 59, n. 3, p. 609-650, 2016.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; BORBA, Julian. **Estruturas de oportunidades políticas e participação: uma análise a partir das instituições emergentes.** 1-19. 31º Encontro Anual da ANPOCS, UNESP – Araraquara (SP), 2007.

MACIEL, Maria Eunice. **Identidade cultural e alimentação.** In: CANESQUI, A. M.; DIEZ-GARCIA, R. W. *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 48-55.

NASCIMENTO, Amália Leonel; ANDRADE, Sonia Lúcia L. Sousa de. **Segurança alimentar e nutricional: pressupostos para uma nova cidadania?** Ciência Cultura, v. 62, n. 4, p. 34-38, 2010.

OLIVEIRA, Anelise Rizzolo de. Comida e aspectos simbólicos na perspectiva de políticas públicas para o cumprimento do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, SP, v. 27, p. e020025, 2020. DOI: 10.20396/san.v27i0.8658090. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8658090>. Acesso em: 4 out. 2024.

PACHECO, Marcelo Santos; SANTOS, Ricardo Gomes dos. **O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: dinâmica de atuação e agenda (2006-2016).**

Revista Ciência & Saúde Coletiva, v. 22, n. 7, p. 2139-2148, 2017.
Disponível em: <https://scielo.org>. Acesso em: 7 nov. 2024.

PEREIRA, Larissa de Souza; ROCHA, Renata Carvalho. **Indicadores de avaliação da Insegurança Alimentar e Nutricional e fatores associados: revisão sistemática.** Revista de Saúde Pública, v. 55, p. 12, 2021. Disponível em: <https://scielosp.org>. Acesso em: 7 out. 2024.

ROCHA, Nayara Côrtes; et al. Organização e dinâmica do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo: implicações para a sua atuação na construção da política municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Revista de Nutrição, v. 25, n. 1, p. 133–146, jan. 2012.

SATAMINI, Isabela Fleury. A Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: análise das propostas políticas do CONSEA de 2004 a 2007. Rio de Janeiro – RJ: Tese de Doutorado. Fundação Oswaldo Cruz, 2013.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira. Teoria geral do direito à alimentação: cultura, cidadania e legitimação. 1. ed. Boreal Editora, 2015.

SILVA, José Carlos da; FARIA, Raquel Lima. **Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade.** Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 23, n. 1, p. e200007, 2020. Disponível em: <https://scielo.org>. Acesso em: 18 out. 2024.

SOUZA, Adriana Cristina de; LIMA, Marina Tavares. Qualidade dos alimentos segundo o sistema de produção e sua relação com a segurança alimentar e nutricional: revisão sistemática. Revista de Saúde Pública, v. 54, p. 1-11, 2020. Disponível em: <https://scielo.org>. Acesso em: 10 out. 2024.